

FACULDADE EDUFOR
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO NEGRA: um estudo sobre a atuação do/a
assistente social no Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA)



São Luís
2023

CONCEIÇÃO DE MARIA BRANDÃO ROCHA

SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO NEGRA: um estudo sobre a atuação do/a assistente social no Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade EDUFOR, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Izamara Nunes Sousa

São Luís/MA

2023

R672s Rocha, Conceição de Maria Brandão

Serviço social e população negra: um estudo sobre a atuação do/a assistente social no Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA) / Conceição de Maria Brandão Rocha — São Luís: Faculdade Edufor, 2023.

67 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (SERVIÇO SOCIAL) — Faculdade Edufor - São Luís, 2023.

Orientador(a) : Izamara Nunes Sousa

1. Serviço Social. 2. População negra. 3. CCN/MA. 4. Atuação profissional. I. Título.

FACULDADE EDUFOR SÃO LUÍS

CDU 364-53

SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO NEGRA: um estudo sobre a atuação do/a
assistente social no Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado em Serviço Social da
Faculdade EDUFOR, como requisito obrigatório
para obtenção de título de Bacharel em Serviço
Social.

São Luís, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Aylana Cristina Rabelo Silva
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA)

Prof.^a Enaire de Maria Sousa da Silva
Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA)

Prof.^a Izamara Nunes Sousa
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA)
Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de me ajudar, ultrapassar todos os obstáculos ao longo do curso. Agradeço à minha família, meus filhos que me apoiaram e me incentivaram nos momentos mais difíceis, eles estão muito gratos com o meu avanço profissional. Por isso, agradeço mais uma vez a Deus por ter me permitido com saúde e determinação para não desanimar durante o curso, que não foi fácil pelas inúmeras dificuldades impostas nesse processo.

Quanto aos amigos que encontrei, agradeço aos que me acolheram e me apoiaram durante a caminhada do curso, começamos a dar as mãos uns aos outros desde o primeiro período e estamos juntos ainda. Pessoas maravilhosas, as quais me identifiquei, são elas: Anne, João, Lêda, Josiene, Val e Luíza, obrigada pelo companheirismo e pela caminhada próspera, momentos pelo qual nós convivemos e solidificamos os nossos conhecimentos, o que foi fundamental na elaboração do trabalho de conclusão de curso. Houveram trocas de experiências, que permitiram mais para o meu crescimento, não só como pessoa, mas também como uma profissional formada, além do enriquecimento no meu processo de aprendizado.

Agradeço de coração os meus docentes pelo ensino, pelas correções, pelo desempenho e pela força de vontade em contribuir com o meu processo de formação profissional, obrigada pelos conselhos, auxílios, paciência, que guiaram o meu aprendizado. Fico imensamente agradecida aos professores(as): Aylana, Christiane Lima, Enaire, Izamara, com as quais estive presente esses quatro anos de curso. Além da minha admiração, vocês têm o meu carinho!

Gratidão!

*Numa sociedade racista
Não basta não ser racista
É necessário ser antirracista*

Angela Davis

RESUMO

A presente pesquisa tem como finalidade um estudo acerca do Serviço Social no âmbito das contribuições profissionais para com a população negra, mais especificamente no que tange às particularidades da atuação profissional Centro de Cultura Negra do estado do Maranhão (CCN/MA), localizado no município de São Luís/MA. Dessa forma, objetiva-se compreender a atuação do assistente social frente ao desenvolvimento de projetos e ações de fortalecimento da cultura e dos direitos sociais da população negra. Para isso, foi necessário um resgate sócio-histórico da população negra no Brasil, dando ênfase a construção das relações colonialistas e racistas, até o contexto dos impactos do racismo estrutural para o processo de garantia de direitos dessa população no cenário da contemporaneidade. Todo esse levantamento bibliográfico teve como aparato teórico-metodológico o método materialismo histórico-dialético, assim como as discussões que sucederam este capítulo, que dispõe das especificidades do processo de inserção do Serviço Social nos debates sobre a questão étnico-racial. Por fim, foi realizada uma pesquisa de campo, através de uma entrevista semiestruturada com o/a profissional de Serviço Social do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA), com a finalidade de analisar a realidade do assistente social nesta importante instituição para a população negra do estado. Como resultado, foi possível apreender os principais aspectos do trabalho do assistente social no que tange o planejamento, a elaboração e a execução de projetos para a população negra, fomentando o incentivo à cultura, à educação e a eixos em que a instituição desenvolve projetos sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. População Negra. CCN/MA. Atuação Profissional.

ABSTRACT

This research aims to study Social Service in the context of professional contributions to the black population, more specifically with regard to the particularities of the professional activities of the Center for Black Culture of the State of Maranhão (CCN/MA), located in the municipality of São Luís/MA. In this way, the objective is to understand the role of the social worker in the development of projects and actions to strengthen the culture and social rights of the black population. For this, a social-historical rescue of the black population in Brazil was necessary, emphasizing the construction of colonialist and racist relations, up to the context of the impacts of structural racism for the process of guaranteeing the rights of this population in the contemporary scenario. All this bibliographical survey was based on the historical-dialectical materialism method, as well as the discussions that followed this chapter, which deals with the specificities of the process of insertion of Social Service in the debates about the ethno-racial issue. Finally, a field research was carried out, through a semi-structured interview with the Social Service professional of the Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA), with the purpose of analyzing the reality of the social worker in this important institution for the black population of the state. As a result, it was possible to apprehend the main aspects of the social worker's work regarding the planning, elaboration and execution of projects for the black population, fostering the incentive to culture, education and the axes in which the institution develops social projects.

Keywords: Social Work. Black Population. CCN/MA. Professional Performance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

- Figura 1** - Mercado de escravos da Rua Valongo - Rio de Janeiro.....23
- Figura 2** - Níveis da Política Racial no Brasil29
- Figura 3** - Campanha "Assistente Social no combate ao preconceito: Racismo"46

QUADROS

- Quadro 1** - Principais fatores que determinaram a abolição do trabalho escravo no Brasil.....25
- Quadro 2** - Organizações do Movimento Negro a partir da década de 199031
- Quadro 3** - Eixos dos projetos desenvolvidos pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA)53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: da construção da sociedade escravista à contemporaneidade	16
2.1 O período colonial e a construção da sociedade escravocrata: a população negra como alvo da exploração.....	17
2.2 A população negra na cena contemporânea: aspectos para o debate sobre a garantia de direitos	26
3 ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL	34
3.1 Contextualização sócio-histórica do processo de inserção do Serviço Social na questão étnico-racial	36
3.2 O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e diretrizes da atuação profissional: competências e atribuições na questão étnico-racial.....	41
4 O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO: particularidades da atuação profissional do assistente social	49
4.1 Centro de Cultura Negra do Maranhão: caracterização do objeto de estudo	49
4.2 Particularidades da atuação profissional do assistente social no Centro de Cultura Negra do Maranhão	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
APÊNDICES	66
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	66
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada	68

1 INTRODUÇÃO

A motivação para pesquisar sobre a população negra e sua relação com o Serviço Social remete a uma necessidade histórica da produção de conhecimento étnico-racial no interior da profissão, uma vez que a questão racial e a concepção de superioridade racial branca que se construiu na história do Brasil está ligada as diversas formas de demandas que aparecem para os assistentes sociais.

Dessa forma, é certo que a formação social brasileira tem em suas bases o racismo estrutural. Essa estrutura de sociedade que foi sustentada desde a colonização do Brasil, é enraizada da expansão e desenvolvimento da escravidão nas relações sociais desde os primórdios. Voltando ao contexto da colonização brasileira, a força de trabalho negra escravizada era protagonista para o bom desempenho dos grandes latifúndios no país, o que estimulava os grandes latifundiários a expandirem esse mercado que se fundamentava na exploração de negros e na opressão da raça.

Como consequência, a população negra foi violentamente colocada em posições de submissão à população branca, que geralmente tinha em suas mãos um poder concentrado de controle sob negros. Esse processo originou o que hoje conhecemos de racismo contra a população negra que se iniciou desde a colonização portuguesa no Brasil, promovendo a violência e o ódio contra negros.

Apenas após o ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, que se começou a pensar em um Estatuto da Igualdade Racial, visto que com a Constituição o racismo e a injúria racial se tornarem crimes inafiançáveis, de acordo com o art. 5 inciso XLII.

De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (2010), a discriminação racial ou étnico-racial é “toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições”.

Apesar disso, na atualidade, ainda existem muitas expressões de ódio contra a população negra, o que demonstra uma problemática social por falta de políticas públicas de reparação histórica contra toda estrutura que se manteve, e se mantém, em um viés racista e escravocrata.

De acordo com uma avaliação realizada em 2018 pelo Ministério Público do Trabalho, os negros enfrentam dificuldades em diversas áreas nas mais variadas regiões brasileiras, sejam elas: mercado de trabalho, progressão de carreira, acesso

à água, energia elétrica, saneamento básico, entre outros. Vale lembrar que, conforme estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2019, os negros representam 55,8% da população brasileira e 54,9% da força de trabalho. Essas questões citadas refletem em um impacto na condição de vida do negro no Brasil e, conseqüentemente, aos diversos desafios que enfrentam.

Dessa forma, por representar a maior parte da população brasileira, os negros são também o maior público atendido pelas instituições em que o Serviço Social está inserido, seja saúde, sociojurídico, assistência social, organizações não governamentais, dentre outras. Nesse sentido, como afirma Ramos (2016) “[...] para ocorrer uma mudança societária, como pretende o Serviço Social, numa sociedade racializada tal qual o Brasil, é fundamental que ocorram estudos aprofundados acerca da questão racial”.

Embora seja necessário o debate sobre a questão étnico-racial, a discussão ainda é muito limitada na profissão, se tornando um desafio para quem se dispõe a estudar a questão e desenvolver a produção de conhecimento sobre a temática. No entanto, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa afirma que é necessário “Levar o debate étnico-racial para a formação e a atuação profissional em Serviço Social é urgente para que todas as formas de opressão mantidas pelo sistema capitalista” (ABEPSS, 2021, s/p).

Considerando que as organizações não-governamentais que tem como eixo a questão étnico-racial operam no cotidiano com a população negra, a pesquisa terá como objeto de estudo a atuação profissional de Serviço Social no Centro de Cultura Negra do Maranhão, que foi fundado em 19 de setembro de 1979, por um grupo de militantes negros que buscavam a conscientização política, cultural e religiosa da identidade étnica cultural do povo negro.

A partir disso, o CCN passou a desenvolver ações e projetos que têm como objetivo a organização da população negra com base na cidadania e fortalecimento dos direitos da população negra do Maranhão. É uma instituição social que visa inserir o negro no debate crítico de sua posição na sociedade, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística representa mais de 70% da população do estado do Maranhão, considerando negros e pardos.

Portanto, debater a relação do Serviço Social e a população negra contribui para a promoção de conhecimento na questão étnico-racial, buscando se comprometer com o fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nesse sentido, problematizar o objeto de estudo proposto é um desafio complexo. Pois, no contexto do Serviço Social, a produção de conhecimento em questão étnico-racial é limitada e só ganha visibilidade na contemporaneidade. Apesar disso, alguns autores vêm problematizando a temática da contribuição do Serviço Social para com a questão racial.

Pesquisar a questão étnico-racial no Serviço Social, portanto, é uma problemática que demonstra a carência bibliográfica no que tange às discussões de raça, etnia e os desdobramentos do racismo para a profissão, visto que esta está intrinsecamente vinculada à sociedade.

Nesse sentido, para compreensão das principais especificidades da discussão da população negra no Brasil, é necessário fazer um breve resgate histórico acerca de como os negros foram tratados historicamente e quais implicações esse contexto reflete na atualidade. É sabido que a população negra, desde o processo de colonização do Brasil, foi brutalmente marginalizada na sociedade. A colônia brasileira, protagonizada por portugueses, foi um campo de expansão da força de trabalho negra sequestrada da África e escravizada por todo o globo (NETTO; BRAZ, 2012).

O panorama colonial é, portanto, uma zona de relação entre dominador (colonizador) e dominado (colonizado), onde há um processo violento e brutal. Tal processo objetivava, no geral, introduzir ao país uma lógica pautada no contexto europeu, seja em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais (FANON, 2010). Nesse sentido, “[...] a colonização brasileira foi parte do processo supracitado, de expansão do domínio europeu, com a particularidade de ter se tornado a colônia que mais utilizou da força de trabalho negra escravizada” (STEDILE, 2012, s.p.).

Apresentado uma breve contextualização histórica acerca do negro na história do país, é evidente que, para compreender os elementos da posição do negro no Brasil, essa construção social e histórica teve como referência uma inferioridade racial. Essa percepção de que o negro é inferior, no entanto, legitima uma dominação sobre os corpos negros e corrobora a ideia racista da raça.

Foi a partir disso que o mito da inferioridade racial se consolidou, fomentando uma hierarquização entre raças e, conseqüentemente, contribuindo para o processo de exploração e dominação da população negra. Além da escravidão, o negro, pós movimento de abolição, em que se iniciou o processo de decomposição do sistema escravista, ainda teve que sofrer ao ficar as margens da sociedade.

Isso ajuda a compreender como a população negra já era vista pela sociedade brasileira, que havia em seus traços a iminência racista e que devido a cultura escravista deixada pela herança colonial, perpetuava no ideário social a superioridade branca e a repulsa a população negra.

Esse legado colonial e escravista, orientado pela ideologia dominante, cria estratégias contínuas para manter o controle dessa exploração e opressão de raça, permitindo a manutenção do sistema racista e da racionalidade capitalista aliado ao controle da classe trabalhadora que, eminentemente, é negra.

Esse cenário revela, sem dúvidas, que o racismo contra a população negra é estrutural. Tratar o racismo como estrutural revela que a questão racial é, portanto, uma expressão da chamada questão social, considerando a intersecção dessa categoria de análise com as opressões de raça iniciadas no processo de colonização brasileiro até o atual estágio do modo de produção capital.

Desse modo, é indispensável que, considerando que a questão social é o objeto de trabalho do assistente social, o profissional reflita sobre as particularidades de sua intervenção para com a população negra, considerando todo esse processo escravagista estrutural e, com isso, contribuindo para o reconhecimento legal das políticas de reparação histórica para o povo negro.

É sob esse parâmetro que emerge o objeto da pesquisa de campo do presente projeto, o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), importante mecanismo de valorização da população negra no estado, a qual desenvolve ações e projetos que visam intervir no campo das políticas públicas para a população negra em vulnerabilidade diante da sociedade.

Criado em 1979, o CCN teve sua aprovação e publicação via Diário Oficial e passou a ter personalidade jurídica. Se enquadrando no panorama de organizações não-governamentais, em 1980, assumiu a sua primeira diretoria cuja linha de ação se pautava por uma perspectiva política, cultural e educacional.

Até em nível de localidade, o CCN tem uma representatividade muito expressiva. Sua sede na capital do estado do Maranhão, São Luís, é localizada entre os bairros Barés e João Paulo, onde funcionou um depósito de pólvora em meados do século XVII e posteriormente um mercado de escravizados no século XVIII.

Desde a década de 1990, o CCN vem desenvolvendo ações e projetos de abrangência nacional, regional e local, oportunizando espaços de visibilidade e conscientização para a sociedade em relação aos preconceitos, estigmas e racismo

estrutural enraizado na sociedade brasileira e maranhense.

Para desenvolver esses projetos, a organização conta com um quadro de profissionais que, por vezes, atuam em uma perspectiva multidisciplinar, dentre eles: advogados, assistentes sociais, antropólogos, psicólogos, pedagogos, dentre outros. Além disso, realiza diversas atividades, com destaque na área da formação e educação em escolas e universidades, promovendo seminários, palestras, encontros, conselhos e fóruns.

Nesse sentido, o assistente social, como profissional da organização, é imprescindível para o desenvolvimento dessas atividades, pois em seu exercício, de acordo com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, o assistente social deve, a partir de sua intervenção, contribuir para o reconhecimento da liberdade, na defesa dos direitos humanos, no favorecimento da equidade e da justiça social (CFESS, 2011).

Desse modo, a presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar a contribuição do assistente social para com a população negra, especificamente em sua atuação no âmbito do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA).

Além disso, como específicos, pode-se destacar a identificação dos elementos sócio-históricos da relação entre o Serviço Social e a questão étnico-racial, a compreensão do cotidiano de trabalho do assistente social em uma instituição que atua diretamente com a valorização da cultura da população negra e os principais desafios para o desenvolvimento do trabalho e das intervenções do assistente social no CCN.

Acerca da metodologia do trabalho, a pesquisa representa um coletivo de atitudes e atividades racionais que, orientadas por um conhecimento sistemático, capaz de ser submetido a verificação, pode possibilitar o conhecimento acerca de um objeto de estudo. Nesse sentido, as análises científicas, a partir da premissa da lógica e do pensamento crítico e analítico, é capaz de oportunizar ao pesquisador informações e fatos imprescindíveis a sua pesquisa (FERRARI, 1982).

Levando em consideração o que foi mencionado anteriormente, a metodologia da pesquisa é, também, parte fundamental de um projeto. Nas ciências sociais aplicadas, esse procedimento da pesquisa revela as particularidades e organização do percurso que será utilizado para atingir os objetivos e intencionalidades da pesquisa. Essas intencionalidades, nesse campo de pesquisa, estão ligadas a dinâmica da realidade social, ou seja “[...] as pesquisas desta área do conhecimento

são realizadas em ambientes não-controlados, sendo impossível recortar o objeto e separá-lo de suas relações para observação e análise (LANÇA, 2012, p. 67).

Assim, no que se refere ao procedimento metodológico da presente pesquisa, é importante frisar, inicialmente, que as análises, as fundamentações empíricas e todo o conteúdo nela desenvolvido, teve como subsídio teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético. Nesse sentido, todos os recursos utilizados para o desenvolvimento da metodologia científica, levarão em consideração aspectos dessa corrente sociológica orientada pelas análises de Karl Marx e Friederich Engels, bem como de autores contemporâneos a ele que trazem a dinâmica social vigente todo um arcabouço teórico de crítica ao modo de produção capitalista.

Mais especificamente para uma análise bibliográfica acerca da população negra no Brasil, e para isso deve-se contextualizá-la a nível mais abrangente, o materialismo histórico-dialético contribuirá profundamente para diálogos sobre como a estrutura do capitalismo, também sustentada pela sociedade escravocrata e racista, reproduz em suas bases fundamentais o ódio ao povo negro, o que impacta diretamente na forma como essa população é vista tanto nas relações sociais.

Por isso, a pesquisa foi dividida em duas etapas, sendo: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica é o momento em que a coleta de dados referenciados em artigos, livros, anais, teses, documentos institucionais é realizada. Marconi e Lakatos (2002) afirmam que a pesquisa bibliográfica é a etapa da identificação, levantamento e estudo de toda a bibliografia tornada pública em relação à temática de estudo.

Nesse momento, a presente pesquisa se orientou a partir da sistematização de análises críticas fundamentadas pelo materialismo histórico-dialético, onde as grandes referências para se discutir a história do povo negro no Brasil, bem como a construção sócio-histórica de políticas públicas e instituições para o fortalecimento e garantia de direitos para essa população, estarão apoiadas em discussões de ideais marxistas.

Como parte de análises empíricas, a pesquisa também teve como procedimento metodológico a pesquisa de campo, a qual expressa o encontro do pesquisador com a dinâmica da realidade estudada, a qual oportuniza essa aproximação a aspectos cruciais para o desenvolvimento da pesquisa. Nessa etapa, a experiência terá como estrutura a entrevista semiestruturada.

Essa pesquisa de campo trouxe como recorte o Centro de Cultura Negra do

Maranhão (CCN/MA), localizado no município de São Luís, capital do estado. Nesse momento, a pesquisa pôde se aproximar de reflexos objetivos e subjetivos do objeto estudado, seja de valores e opiniões dos sujeitos que estarão envolvidos no momento. Ademais, todas as etapas aqui apresentadas propuseram, em síntese, a necessidade da construção do projeto de investigação da temática estudada e o fortalecimento da produção de conhecimento no âmbito da questão étnico-racial e sua relação para com o Serviço Social.

No primeiro capítulo foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca de um breve histórico da população negra no Brasil, destacando a construção da sociedade escravista desde o período colonial até os desdobramentos desse passado na contemporaneidade. No segundo capítulo foi discutido os elementos do processo de relação do Serviço Social com a questão étnico-racial, dando ênfase à uma contextualização sócio-histórica desse processo de inserção, bem como ao caráter ético-político da profissão frente a questão étnico-racial na atualidade.

No terceiro capítulo, o qual compreende a pesquisa de campo, foram elencados aspectos da particularidade da atuação do assistente social em uma instituição cujo principal objetivo é a valorização da cultura da população negra no Maranhão, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, para isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o assistente social que atua na organização, buscando identificar os principais aspectos do seu trabalho profissional.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: da construção da sociedade escravista à contemporaneidade

Como capítulo inicial, este tópico elenca uma série de discussões sobre as condições em que a população negra no Brasil se consolidou, principalmente no que se refere à construção da sociedade escravista desde o período colonial, iniciado em 1500. Além desse caráter mais histórico, o debate também se preocupou em trazer elementos da atualidade, com destaque a população negra e a garantia de direitos garantidos constitucionalmente com a Constituição Federal de 1988¹.

É sabido que, no contexto histórico, já se desenvolveram diversos tipos de sociedades² ao longo da história. A depender das formas de produção, relações e ideologias sociais, políticas, econômicas e culturais, a forma na qual a sociedade vai se manifestar, incide na reprodução de costumes, padrões e comportamentos de determinados povos. Nesse primeiro momento, a introdução que deve ser feita é a de situar a gênese da expansão mundial e das sociedades com base no desenvolvimento dos meios de produção. Isso porque, a produção, como um determinante para a reprodução das sociedades, interfere na constituição das próprias relações sociais (SODRÉ, 1962).

Desse modo, para refletir sobre as particularidades do desenvolvimento histórico da população negra no Brasil, deve-se considerar o período colonial e, por consequência disso, os impactos da construção dessa realidade no cenário atual, abarcando a história desde as grandes navegações até os aspectos econômicos, políticos, culturais e religiosos que refletem sobre o ambiente múltiplas expressões da sociedade em que se vive.

¹ Como ficará explícito no debate, a Constituição Federal de 1988 vai inaugurar um novo patamar no que se refere aos direitos humanos, principalmente com ênfase a determinados grupos que foram marginalizados historicamente. Tais grupos, como é o exemplo da população negra, que representavam uma grande parcela da população, jamais tinham sido reconhecidas enquanto uma população que deveria ter seus direitos garantidos pelo Estado, sobretudo pelo racismo institucionalizado.

² Essas sociedades, como a exemplo: o escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo, exercem um poder peculiar nas formas de garantir a sua manutenção nas relações sociais e de produção, sobretudo pelo momento histórico e material em que elas vão se desenvolver. De acordo com Sodré (1962), na realidade brasileira, por muito tempo, coexistiram dois desses regimes: o escravismo e o capitalismo e, foi sob a base de um regime escravista que a sociedade brasileira foi formada.

2.1 O período colonial e a construção da sociedade escravocrata: a população negra como alvo da exploração

A construção do escravismo deve ser compreendida em alguns pontos históricos importantes para a consolidação de suas bases nas relações de produção. Um desses pontos são as grandes navegações e a expansão da invasão dos territórios por parte de algumas potências econômicas mundiais. Para Sodré (1978, p. 13):

A época das grandes navegações e das conseqüentes descobertas ultramarinas surgiu por efeito do longo movimento que se convencionou denominar Revolução Comercial. De um modo sumário, aquele movimento, que corresponde à liquidação das relações sociais que caracterizam o feudalismo, revestiu-se de dois aspectos interessantes: o extraordinário alargamento da área geográfica das trocas, pela incorporação das vastas regiões descobertas na fase moderna ao mundo conhecido (...). Como reflexo natural, as relações sociais que correspondiam à estrutura econômica vigente no medievalismo iam sofrendo sucessivas transformações.

Diante desse contexto, outra preocupação nesse período foi que essas grandes navegações, potencializadas pela expansão ultramarina, seria não somente responsável por suprimir alguns regimes de produção que viessem a surgir contra a colonização, mas também pelo aparecimento de qualquer expressão comercial que pudesse impactar a nova forma de produção (SODRÉ, 1962).

Além dos intensos impactos ocasionados pela expansão ultramarina, como uma forma de redefinir algumas relações estabelecidas no período do feudalismo, a sociedade que estava sendo colonizada para novas possibilidades econômicas, mas também político e ideológicas, passava a modificar as estruturas, principalmente no que diz respeito a posição dos indivíduos dentro da sociedade. Por isso, essa etapa histórica tem uma premissa central no seu entendimento: a progressiva ascensão da burguesia na escala social. Essa luta histórica da burguesia para avançar seu espaço resumia-se:

(...) contra os velhos privilégios feudais, que beneficia a nobreza, marca-se por sucessivos triunfos. Assim, a burguesia é a nova força que impulsiona o progresso material e arrasta a sociedade para um quadro histórico inteiramente diverso daquele que vinha apresentando o mundo conhecido, a luta não se processa em todas as regiões com a mesma celeridade e nem atravessa em cada uma as mesmas etapas: há regiões em que a ascensão burguesa é mais demorada, onde a burguesia deve viver lado a lado com a nobreza, a classe cujo domínio era antigo. Outras há em que o triunfo se

antecipa, restando à nobreza muito mais uma aparência de dominação, antes uma supremacia formal do que uma supremacia real (SODRÉ, 1978, p. 14).

Cabe destacar que para Sodré (1978), conforme citado, há alguns países em que o processo de colonização e a expansão territorial se dão de forma mais célere. Em contraposição, há outros em que a expansão ultramarina exigiu mais cautela em seu processo de conquista de territórios. Nesse sentido, existe outra questão colocada nas grandes navegações, que é o desenvolvimento do comércio continental e os avanços marítimos a partir do século XV, o que estrategicamente garantiu aos países europeus certas vantagens para a expansão das invasões.

Dentre os países europeus com mais vantagem nas grandes navegações, Prado (2008) aponta Portugal como grande protagonista nesse processo. Isso porque, enquanto alguns países como Holanda e Inglaterra buscavam apresentar um comércio mais aberto aos territórios, Portugal passou a se concentrar em explorar seus negócios rumo à África, buscando negociar com traficantes mouros, os quais dominavam diversas populações indígenas da área.

Com essa estratégia, Portugal conseguiu em pouco tempo descobrir ilhas como Madeira e Cabo Verde, e a partir daí, expandiu ainda mais sua exploração no contorno do continente africano. Essa “investidura” por parte de Portugal na África foi não somente pela abundância de seus territórios, mas também buscando encontrar caminhos mais próximos de chegar à Índia, que representava, na época, o maior território de especiarias, capazes de gerar grandes fortunas para seus exploradores (PRADO, 2008).

Todas essas artimanhas para conseguir protagonizar o comércio mundial, em disputa com outros países europeus, fez com que Portugal representasse uns grandes percursos na exploração de territórios via marítima, o que gerou sua expressiva capacidade econômica e mercantil, desempenhando uma posição de destaque desde o período do feudalismo. Conforme apresenta Schwarcz e Starling (2018, p. 65):

Embora a exploração marítima fosse, até certo ponto, privada, todos os custos eram arcados pela família real e era o próprio rei que a monitorava. Era uma atividade que demandava grande investimento e demonstrava um risco pessoal significativo, por isso a monarquia garantia o direito de controlar as conquistas alcançadas, distribuir terras e monopolizar os ganhos. Navios, caravelas, naus cruzam o Atlântico, é a partir dessas travessias que surgem inúmeras estórias do imaginário à realidade.

É sobre esse contexto, interligado ao poder marítimo ascendente dos países europeus, que foram-se encontrando novas terras, inclusive as terras brasileiras. De acordo com Schwarcz; Starling (2018), na realidade brasileira, um dos grandes protagonistas das grandes navegações foi o escrivão da armada de Cabral, Pero Vaz de Caminha, um dos nomes de confiança de Afonso V, D. João II e de D. Manuel I. É de grande destaque a carta de Pero Vaz escreveu ao avistar as terras brasileiras, que logo foram endereçadas ao rei de Portugal e hoje considerada de considerável importância para os historiadores³.

Essa carta objetivou demonstrar as peculiaridades da nova terra, como a fauna, a flora e alguns aspectos do espaço geográfico reconhecidos pelos portugueses. Apesar disso, o que ocorreu, na realidade, foi o que Schwarcz; Starling (2018) denominam de encontro de dois mundos, isso porque aquela terra recém-descoberta, já era habitada por indivíduos: os índios⁴. Essa população, que possuía seus hábitos, linguagem e cultura, completamente distintos daqueles estabelecidos pelos padrões europeus, foram compulsoriamente sendo construídos por uma América Portuguesa.

E assim começou a exploração massiva nas terras brasileiras. Daí, emergiu todas as estratégias de Portugal em colonizar a população indígena encontrada, para estabelecer o comércio externo com base nas riquezas naturais que dispunha o território brasileiro. Foi nesse contexto também que se faltaram esforços para a mercantilização dos recursos, ou seja, a mão de obra estava escassa. O que havia como possibilidade, de acordo com o que já vinha sendo feito no comércio tradicional do Oriente, era buscar a população excedente, que contava com indígenas (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

Essa busca com base no que estava sendo feito no Oriente auxiliou os exploradores a desenvolver formas particulares de colonização, a depender dos aspectos específicos de cada terra recém-descoberta. O que se fazia fundamental,

³ Nessa carta, Pero Vaz de Caminha desenvolve longa e deslumbrada descrição sobre o Brasil. Testemunhou de maneira exultante o “achamento desta Vossa terra nova, que se ora nesta navegação achou”. Aos olhos da tripulação e de seu porta voz, tratava-se definitivamente de um lugar novo, recém achado. Como diz o ditado, “achado não é roubado”, e a ideia era logo registrar a propriedade, mesmo que não se soubesse o que se ia encontrar. E o que se “achou” foi uma suposta “nova humanidade” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 28).

⁴ A carta de Pero Vaz de Caminha, descreve aqueles habitantes locais em uma de suas passagens: “E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios que chegaram primeiro. De maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte. Pardos, nus, sem coisa alguma que cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel” Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>. Acesso em: 10 abr. 2023.

para os centros europeus, era que o desenvolvimento da colonização se efetuassem sobre quaisquer circunstâncias, em prol da manutenção do comércio externo (NOVAES, 1989). No caso do Brasil,

(...) o processo de colonização terá suas especificidades dentro dos quadros do sistema colonial – que é entendido como um conjunto de mecanismos o qual é composto por normas políticas e pelas relações econômicas estabelecidas –, ele percebe a colonização num sentido mais amplo, em que considera o aumento da ocupação das terras pelo homem, a valorização das novas regiões e impactos sob as diversas situações históricas (NOVAES, 1989, p. 70).

Todo esse apanhado de contextualização vem a justificar as bases para o início de uma sociedade colonizadora e escravocrata. Desse modo, é evidente que a exploração das Américas criou um certo padrão para os colonizadores. Com esses padrões, passaram a existir critérios para a classificação das terras recém-descobertas, como as diferenças físicas e as estruturas biológicas. Um desses critérios foi o de raça, que serviu como um instrumento de legitimação das relações de poder estabelecidas na época. Com esse elemento de divisão, inclusive do que seria superior e inferior, foram surgindo novas identidades, como índios, mestiços e negros (QUIJANO, 2005).

Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que o papel principal da economia dependia do seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em consequência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos (QUIJANO, 2005, p. 117).

Com isso, Quijano (2005) descreve a forma que foi consolidada a ideia de uma superioridade racial, levando em consideração aspectos não somente fenotípicos, apesar de majoritário, mas também questões como a identidade social ali estabelecida pelo conceito de raça. Nesse contexto, as relações sociais sempre representavam, de certo modo, relações de dominação e poder, onde “(...) raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 117). Daí, resultam alguns aspectos para a discussão sobre o

contexto brasileiro, que sob influência europeia, firmou sua formação social, política e cultural em uma versão da tradição civilizatória européia.

O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genericamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizaram plenamente. A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente a nação (RIBEIRO, 1995, p. 20).

Nessa linha de raciocínio, o Brasil, com suas diversidades raciais, culturais e regionais, apesar das diretrizes e padrões estabelecidos pela colonização europeia, divergiu em suas expressões étnicas ao ponto de desconsiderar e resistir frente aos ditames impostos pelos colonizadores, sobretudo os povos originários encontrados nas terras brasileiras. Como “componente submisso” a racionalidade colonial, o negro, como identidade inferior ao branco, detém em sua formação a marginalização de sua sobrevivência em troca de sua força de trabalho que, concomitante, é a força matriz da sociedade escravocrata (RIBEIRO, 1995).

Com tal formação social, não restava aos escravos índios negros ou mestiços aceitar a sua inferiorização em relação a “raça branca”, visto que o modelo de civilização pautada nos países europeus embasou a construção de uma sociedade fragmentada, entre privilegiados e submissos por suas próprias identidades. Nas considerações de Sodré (1978, p. 50):

A exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, são peças inseparáveis do mesmo processo. A criação de um sistema produtor importa, no caso brasileiro, na transplantação dos elementos humanos: o colonizador, senhor de escravos, que regride do modo feudal ao modo escravista; o trabalhador, escravo, que permanece no estado em que se encontra ou evolui da servidão para escravidão; o indígena, fugitivo, que é expulso da área de produção, mantendo o regime de comunidade natural pela fuga, ou sendo submetido à escravidão, em determinadas zonas ou determinadas fases.

Corroborando com o citado anteriormente, Schwarcz; Starling (2018) afirmam que, nessa lógica, ser índio representava também um critério para se tornar escravizado, assim como negro, já inserido na dinâmica colonial, não restava opções a não ser “progredir” de servo para escravo, estando, em nível hierárquico submisso

aos colonizadores e, sobretudo, aos senhores de escravos. Nesse cenário, a América Portuguesa propôs a demarcação de territórios, fazendo com que a grande massa de força de trabalho fosse a dos negros vindos da África e, como estratégia para garantir um processo mais convencionado, utilizaram o que chamavam de cunhadismo.

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. Isso se alcançava graças ao sistema de parentesco classificatório dos índios, que se relaciona, uns com os outros, todos os membros de um povo. Assim é que, aceitando a mola, o estranho passava a ter nela sua temericó e, em todos os seus parentes de geração dos pais, outros tantos pais ou sogros. (...) Como cada europeu posto na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão-de-obra para os trabalhos pesados de cortar paus-de-tinta, transportar e carregar navios (RIBEIRO, 1995, p. 81).

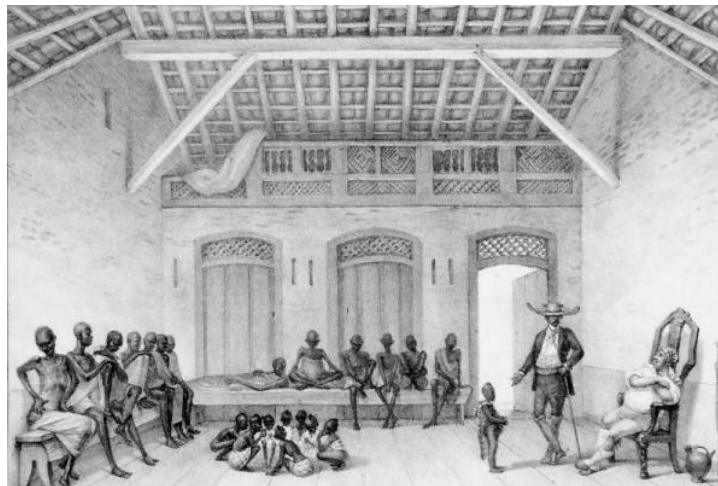
Ou seja, o cunhadismo, como uma instituição social que beneficiava e garantia a manutenção das violências dos colonizadores com a população negra e indígena, representou também a subjugação e exploração dessas populações, como uma forma de gerar um recrutamento para o trabalho escravo. Outro importante instrumento da colonização foi o tráfico negreiro, que compreendeu o tráfico atlântico de escravos com início no século XVI, que buscou ampliar a força de trabalho escrava. Dentre as singularidades do tráfico negreiro, destaca-se:

Apresado aos quinze anos em sua terra, como se fosse uma caça apanhada numa armadilha, ele era arrastado pelo pombeiro – mercado africano de escravos – para a praia, onde seria resgatado em troca de tabaco, aguardente e bugigangas. Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outros negros, numa corda puxada até o porto e o tumbeiro. Metido no navio, era deitado no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço do seu tamanho, mal comendo, mal cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda (...) No domingo, podia cultivar uma rocinha, devorar faminto a parca e porca ração de bicho com quem restaurava a sua capacidade de trabalhar no dia seguinte até a exaustão (RIBEIRO, 1995, p. 112).

Esse tráfico de escravos, como expressão do mercado de escravos, resultou na venda privada de homens, mulheres e crianças negras, os quais eram alojados e expostos como uma mercadoria, tendo vários critérios a serem estabelecidos para a comercialização. No Brasil, de acordo com o *Transatlantic Slave Trade Data Base*, da

Universidade de Harvard, que demonstra o quantitativo transatlântico de escravos entre o período de 1500 a 1875, evidencia um número de 5.848.266 escravos que embarcaram e desembarcaram do país⁵. Esse mercado de escravos foi objeto, inclusive, da arte, conforme apresenta a pintura de Debret (1835), em um mercado de escravos da rua Valongo, no Rio de Janeiro:

Figura 1 - Mercado de escravos da Rua Valongo - Rio de Janeiro



Fonte: Debret (1835, n. p.).

Assim, a população negra, já inferiorizada pelo sistema colonial, e que compunha majoritariamente os negros trazidos do continente africano⁶, tinha como o termo “negro” uma esteriotipação do seu ser e seus costumes e comportamentos. Estes, complemente ligados ao processo de escravização. No Brasil, como observa Fernandes (2008, p. 24):

O termo “preto” sempre foi usado pelo “branco” para designar o negro e o multado em São Paulo, mas através de uma imagem estereotipada e sumamente negativa, elaborada socialmente no passado. Os próprios negros e multados preferiram, em suas primeiras manifestações de autonomia, a autodesignação contida na palavra negro.

⁵ Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 17 abr. 2023.

⁶ Os negros trazidos da África, de acordo com o Padre Manoel de Nóbrega em uma carta de 1549, em uma relação estabelecida entre os índios: “se casam com algumas mulheres, se acham outros com as mesmas negras e outros pedem tempo para venderem negras (...) e é desta maneira que fazem pares com negros para lhe trazerem a vender o que tem e por engano enchem os navios deles e fogem com eles; e alguns dizem que o podem fazer pôr os negros já terem feito mal aos cristãos (NOBREGA apud MOURA, 2004, p. 288).

Dessa forma, o termo negro foi majoritariamente utilizado para se referir a qual posição um indivíduo ocupava na sociedade escravista. Essa posição, sem dúvidas, era o de raça que deveria desempenhar, aos senhores e aos brancos, as atividades que lhe fossem designadas, ou seja, a submissão que lhe foi historicamente determinada pelos colonizadores europeus (FERNANDES, 2008).

Portanto, as relações escravistas no Brasil, como estão presentes desde a formação social, econômica, política e cultural do país, repercutem suas diretrizes no cotidiano das relações sociais da população negra, pois o “negro não foi introduzido no Brasil como um elemento humano isolado, mas como o representante de um grupo de cultura” (RIBEIRO, 1995, p. 118). Assim, a condição de escravizado tornava o negro:

(...) menos agente e senhor de sua vida, mas em que pese a condição de vítima das circunstâncias, enquanto ser humano, era também um agente ativo naquilo que podia ser; tanto que também reagia de modo violento à violência que lhe era imposta na sua rotina diária. Episódios de fuga, em massa ou individual, eram frequentes; havia também assassinatos de feitores e de senhores, além de organização de insurreições. Da luta e resistência originaram-se os mocambos (cujo significado é esconderijo) ou quilombos guerreiros na América portuguesa, a partir do século XVI (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 188).

Esses quilombos foram um dos principais instrumentos de resistência dos escravizados frente à exploração e violência vivenciada cotidianamente por eles. Esse termo, originado de algumas regiões do continente africano, caracteriza uma espécie de acampamento militarizado que adotavam uma disciplina dura para proteger os que escapavam dos senhores de escravos (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

Os quilombos se generalizaram a partir da expansão dos acampamentos que faziam resistência frente ao sistema escravista. Um dos grandes destaques foi a resistência desenvolvida pelo quilombo de Palmares, o maior e mais famoso quilombo do Brasil. Desde o início dessas resistências, no século XVI até um posicionamento do sistema para “abolir” a escravidão, passaram-se séculos. É somente em 1888, com a Lei Áurea⁷, que a escravidão chega formalmente ao seu “fim”. De acordo com o

⁷ Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. A princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: art. 1º - É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a

quadro a seguir, dentre as principais causas que determinaram a abolição do trabalho escravo, estão as causas externas e internas, que compreendem:

Quadro 1 - Principais fatores que determinaram a abolição do trabalho escravo no Brasil

FATORES EXTERNOS	FATORES INTERNOS
Pressão política e militar da Inglaterra;	Abolição do tráfico de escravos com a Lei Eusébio de Queirós;
Formação de um mercado produtor de açúcar em outras áreas, especialmente em Antilhas;	Queda da produção e crise estrutural da área açucareira nordestina e conseqüente decadência do trabalho escravo;
Aparecimento de um sucedâneo do açúcar de cana e sua aceitação no mercado europeu;	Aparecimento das primeiras indústrias de transformação que exigiam mão de obra livre;
Política migratória ofensiva dos países europeus em face dos seus populacionais;	Mínima rentabilidade do trabalho escravo em comparação com o livre;
Interesse das nações capitalistas, especialmente a Inglaterra, de criarem um mercado interno africano, fato que motivou anteriormente a extinção do tráfico de escravos no Brasil;	Surto do café, cuja unidade produtora - a fazenda - não se adaptava ao trabalho escravo e se desenvolvia com dinâmica interna capaz de absorver a mão de obra livre, inclusive a importada;
Necessidade, por parte dos fabricantes ingleses, de ampliar o mercado consumidor.	Chegada de imigrantes estrangeiros para os trabalhos agrícolas.

Fonte: Moura (1981, p. 50)

Todos esses fatores estão intimamente ligados à dinâmica social, política e econômica da época. Por muitas pressões, o Brasil teve que se posicionar contra a escravidão, visto que muitas potências europeias já vinham se contrariando ao sistema devido ao avanço das discussões sobre direitos humanos no mundo. Como último país da América a assinar a abolição, o país ainda reflete inúmeras manifestações desse sistema nas relações de sociedade. Além disso, esse foi um processo em que apesar dos avanços formais,

(...) o negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante. O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como igual. Quando se dá a primeira grande revolução social brasileira, na qual esse mundo se desintegra em suas raízes. Nem por isso ele contemplou com equidade as três raças e os mestiços que nasceram do seu inter cruzamento. Ao contrário, para participar desse mundo, o negro e o multado se viram compelidos a se identificar com o branqueamento

cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso: 18 abr. 2023.

psicossocial e moral. Tiveram de sair de sua pele, simulando a condição humana-padrão do mundo dos brancos (FERNANDES, 2008, p. 33).

Em vista disso, os chamados ex-escravos foram extremamente marginalizados na sociedade, em razão da organização social e hegemônica da época. Não se preparou, portanto, as condições materiais para uma verdadeira inserção dos ex-escravos nas relações de sociabilidade que se desvinculassem de uma superioridade de raça.

Para concluir essa discussão, é essencial mencionar uma célebre frase do autor Sidney Chalhoub (1990), que afirma que “a abolição transformou em apologia ou em farsa o que foi, e é, fundamentalmente, luta e sonho de liberdade”. Assim, a população negra, que vive diante dos reflexos da estrutura colonial e escravista, possui diversos desafios para a garantia de uma inserção nos espaços da sociedade de forma ampla e efetiva, o que caracteriza uma das principais lutas dos movimentos negros na contemporaneidade.

Nesse sentido, o próximo subcapítulo buscou discutir as principais particularidades da população negra na cena contemporânea, dando realce ao debate sobre os mecanismos institucionais que buscam garantir os direitos dessa população, assim como os desafios para sua concretização.

2.2 A população negra na cena contemporânea: aspectos para o debate sobre a garantia de direitos

No século XX, a burguesia industrial, acompanhada das elites científicas, literárias e intelectuais começaram a pensar o sistema escravista como um fato distante da realidade, não tendo mais espaço e reflexos na contemporaneidade. A escravidão, nesse sentido, passou a ser vista como algo arcaico, antigo e que não deveria mais ser uma preocupação da modernidade. No entanto,

(...) a realidade, desvelou-se diversa e nas paisagens camponesas ou mesmo as cidades e suas fábricas faziam presentes, e livres, aqueles que outrora eram mantidos sob o grilhão da escravidão: os negros. Libertos do cativeiro, homens e mulheres negras trabalhavam ao lado de imigrantes europeus, homens brancos e/ou miscigenados (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 53).

É certo de que entre os anos de 1880 a 1930 a sociedade brasileira passou por transformações exorbitantes. Com a industrialização do país e os surgimentos dos conglomerados urbanos as cidades⁸ se reconfiguraram e, conseqüentemente, surgiram novas formas de exploração da população negra, sobretudo com a agudização das expressões da questão social oriundas da fase monopolista do modo de produção capitalista. Essa agudização das expressões da questão social resultam da dinâmica capitalista, a qual:

(...) desenvolve estratégias para favorecer a acumulação, ao tempo em que impacta a classe trabalhadora no âmbito da sua produção e reprodução. Assim sendo, há uma clara intensificação de contradições entre as classes, que resultam em regressão de direitos e, portanto, exigem um redirecionamento das políticas sociais com intuito de atender cada vez mais os interesses do capital, deixando as populações vulneráveis cada vez mais desamparadas (BEZERRA, 2022, p. 623).

Esse desenvolvimento de estratégias para garantir a manutenção do sistema capitalista, vai impactar as condições de vida e reprodução da força de trabalho dos trabalhadores, que em um recorte de classe e raça, vai gerar diversos transtornos para a população pobre, feminina, negra e vulnerabilizada pelas inúmeras estratégias capitalistas que produzem e reproduzem desigualdades sociais, de raça, de gênero, entre outras.

Diante dessa conjuntura, as condições do negro na sociedade brasileira se fizeram explícitas, sobretudo pela manutenção dos privilégios da raça dominante, o que contribuiu com a expansão das desigualdades sociais e de raça. O próprio espaço da cidade, conforme apresenta Fernandes (2008) deve ser problematizado a partir de suas condições sócio-históricas. Para o autor:

Tomando como referência a cidade de São Paulo, haja vista seu trajeto histórico de um passado tradicional (regime escravocrata) e de sua emersão urbana e industrial (regime capitalista); evidencia a articulação entre o tempo

⁸ Antes dessa nova reconfiguração, as cidades e vilas da rede colonial, correspondentes à civilização agrária, eram, essencialmente, centro de dominação colonial criado muitas vezes, por ato expresso da Coroa para defesa da costa, como Salvador, Rio de Janeiro, São Luís, entre outras, prestavam assistência religiosa e médica. Com a industrialização, o crescimento dos centros urbanos dá lugar a uma burocracia civil e eclesiástica das mais altas hierarquias e a um comércio autônomo e rico, integrado quase exclusivamente por reinóis. Mesmo estes, porém, só alcançavam a categoria social respeitável e se integravam na classe dominante, quando se faziam também proprietários de terra e fazendeiros. Aglomerados menores surgiam no interior de cada área produtiva para exercer funções especiais. Essas cidades e vilas, grandes e pequenas, constituíam agências de uma civilização agrário-mercantil, cujo papel fundamental era gerir a ordenação da sociedade brasileira (RIBEIRO, 1995, p. 198).

passado e presente, do arcaico e do moderno; é na convergência desses dois que se podia explicar a incidência do preconceito e discriminação raciais no Brasil. De um lado, um sistema que se desintegra e, de outro, uma sociedade que emerge a partir desta. Tal sociedade, demonstrou-se incapaz de desvincular-se totalmente dos padrões, hábitos, de sua condição de privilegiado à época da escravidão. Assim sedo, procuram expelir o negro e o multado da sociedade sempre baseados no critério da raça ou da cor, ainda que não se reconheçam enquanto uma sociedade racista e preconceituosa (FERNANDES, 2008, p. 46).

Ainda que alguns parâmetros tenham sido determinados para a garantia dos direitos da população negra no Brasil, o negro pouco espaço conquistou historicamente devido a estrutura racista que permeia a formação social do país. Esses poucos espaços de conquistas apontam que as oportunidades de trabalho livre para o ex-escravo no Brasil foram extremamente desestruturadas e sem organização política e ideológica, porque nas relações sociais ainda estava presente as raízes escravistas que integraram-se nas instituições sociais (FERNANDES, 2008).

O resultado de tudo o que foi construído é o que alguns dados estatísticos nos revelam: uma sociedade preconceituosa e racista, onde os negros, ainda que livres, não puderam usufruir de suas liberdades e condições de “igualdade” concebidos juridicamente via Estado. Isso porque, ainda que tenham participado do processo de revolução, que ocasionou a abolição da escravidão, tiveram que ter a legitimidade de certas elites brancas para consolidar as garantias fundamentais à população negra e escravizada. Nesse cenário, foi-se evidenciando que:

(...) os pretos não representavam nenhuma ameaça de caráter especificamente perigoso, sobrou apenas uma desconfiança residual que levava a polícia a tê-los de olho, mantendo-os sob uma vigilância que sempre irritou os negros ordeiros e trabalhadores criando para a mulher negra o tormento suplementar da suspeita de prostituição. Velhos estereótipos foram revitalizados e como surgiram outros novos, que identificavam o liberto como negro e o negro como vagabundo, desordeiro, cachaceiro, mulher à toa. O terror diante do liberto e do alcance ou das consequências de suas agitações foi substituído por outra espécie de temor, que correspondia, literalmente, à redefinição pelo branco. **Já não aparecia como inimigo da ordem, porque conspirasse pela liberdade; mas como uma ameaça ao decoro, à propriedade e à segurança das pessoas** (FERNANDES, 2008, p. 98, grifo nosso).

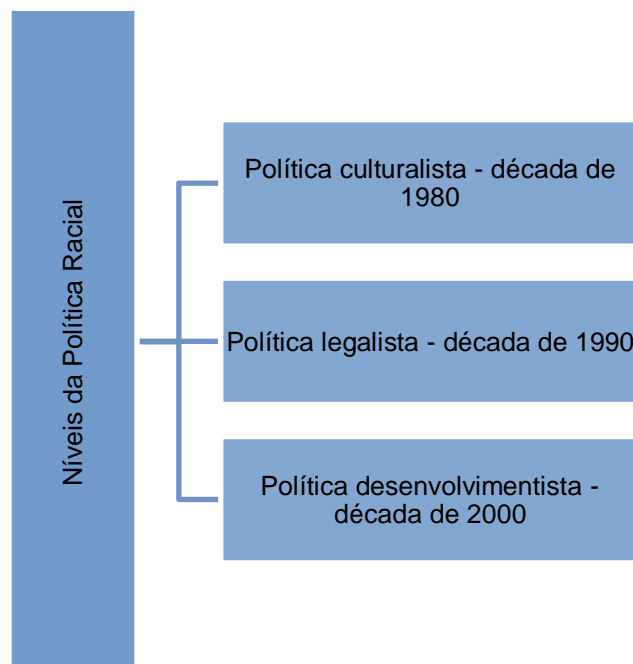
Não obstante aos fatos apresentados sobre a questão do negro na sociedade contemporânea, a década de 1980 introduz um novo debate acerca da população, visto a abertura à redemocratização do Brasil, que viveu duros anos de repressão devido à Ditadura Militar Empresarial. Nesta década, especificamente em 1988, a

Constituição Federal promulgada em 05 de outubro deste ano, considerou em seu Art. 5º, XLII, que dispõe que “a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei” (BRASIL, 1988).

Com essa institucionalização da perspectiva antirracista, a CF/1988 apresenta ampla possibilidade de inserção da população negra não somente através da criação de políticas afirmativas que possam compensar e promover para essa população meios de garantir os seus direitos historicamente violados, mas também a inclusão do recorte de raça no planejamento, na elaboração e execução de políticas públicas e sociais, tendo o Estado o dever de cumprir os objetivos constitucionais (BRASIL, 1988).

Ao falar de políticas públicas com recorte de raça no Brasil contemporâneo, há alguns autores que discutem essa temática com base em alguns níveis de desenvolvimento delas, inclusive sob a forma de uma cronologia. De acordo com Paulo (2015), existem pelo menos três tipos de políticas raciais em seus respectivos períodos históricos, conforme mostra a figura a seguir:

Figura 2 - Níveis da Política Racial no Brasil



Fonte: Paulo (2015, p. 71)

Em síntese, a política culturalista, iniciada na década de 1980, é um grande marco referencial para a política racial porque emergiu em um contexto de intensas

transformações sociais, políticas e econômicas a nível institucional, sobretudo pelo enfraquecimento do modelo ditatorial vivenciado no Brasil nesta época. Por existirem muitas mobilizações acerca do processo de redemocratização do país, os movimentos negros também exerceram um importante protagonismo na defesa da democracia. Para Paulo (2015), esse é um momento denominado de política culturalista visto a forte onda dos debates chamados de multiculturais, que se expressavam a partir da pluralidade das ideias, pautando a questão dos direitos das minorias e sua inserção na agenda política do Estado. Para o autor:

Dentro desse contexto, é importante destacar o cenário nacional, em que tínhamos um conjunto de reverberações quanto a expressões de luta na afirmação de uma identidade negra. **O bloco afro Ilê Aiyê, de 1974**, foi um dos primeiros blocos carnavalescos a dar visibilidade à história negra no Brasil. Outro importante fato foi a criação do **Instituto de Pesquisas e Culturas Negras, no Rio de Janeiro em 1976**. (...) Em **1978, temos a Fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial**, uma das maiores expressões das lutas antirracistas à época (PAULO, 2015, p. 75, grifo nosso).

Já a política legalista, que representa as movimentações da política racial a partir da década de 1990, se estrutura com o surgimento do movimento negro brasileiro, que buscou descentralizar as pautas de lutas e organizações para o máximo de regiões do Brasil, tirando a centralidade do sul do país. Dentre os marcos desse período pode-se destacar, inicialmente, o I Encontro Nacional de Entidades Negras, realizado em 1991, na cidade de São Paulo. Esse encontro consolidou a redefinição de novas estratégias para a pauta racial, por consequência da ampliação do debate sobre os direitos constitucionais, inclusive no que diz respeito às novas legislações que foram surgindo para contribuir com o processo de garantia desses direitos (PAULO, 2015).

Devido a descentralização e regionalização dos movimentos negros, muitas organizações passaram a ter protagonismo na cena nacional, mas também a nível estadual e municipal, o que ocasionou uma forte expansão das pautas relacionadas à garantia de direitos da população negra não apenas para algumas regiões do Brasil, mas para todos os estados, que definiam estratégias para garantir que organizações também se fizessem presentes nos municípios e até organizações não governamentais tendo como base a pauta racial, como é o caso da instituição que foi realizada a pesquisa de campo do presente estudo, o Centro de Cultura Negra do

Maranhão (CCN). Como dito, essas organizações, que tinham como base as lutas antirracistas, se organizavam em vários níveis, conforme apresenta o quadro a seguir:

Quadro 2 - Organizações do Movimento Negro a partir da década de 1990

TIPOLOGIA	CARACTERÍSTICAS
Organizações de caráter nacional	Tendo como objetivo central disseminar os processos organizacionais da luta antirracista, essas organizações tiveram um papel importante na consolidação de uma sistemática articulação dessa luta. Seu caráter possibilitou o surgimento de outras bandeiras de luta vinculadas ao tema e sinalizou uma efetiva perspectiva de unidade na diversidade como pauta para as políticas públicas.
Organizações de caráter estadual e municipal	Essas organizações, para além das organizações de caráter nacional, compunham-se de acordo com a incidência de população negra nos estados e municípios. Caracterizavam-se, sobretudo, pelas manifestações culturais negras, a exemplo das organizações que tinham como ponto forte as manifestações populares de grupos de congadas, reisados, maracatus e folguedos de grandes aglomerações.
Organizações religiosas de matriz africana	De caráter mais específico, essas organizações ligadas a umbanda e candomblé, em sua grande maioria, tiveram um papel significativo na denúncia das agressões sofridas por esse segmento na violação de direitos perpetrada na intolerância religiosa, sobretudo da parte de segmentos neopentecostais.
Organizações não governamentais (ONGs)	Esse período também foi marcado pela grande ênfase dada às organizações não governamentais e ao financiamento de processos organizativos internacionais. Nesse sentido, o movimento negro teve algumas organizações que se destacaram, como o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas - CEAP, o Instituto da Mulher Negra - GELEDES; o grupo Fala Preta e o grupo Crioula.

Fonte: Paulo (2015, p. 75-78).

Todas essas organizações, além dos outros mecanismos institucionais ligados ao Estado que foram se desenvolvendo para a construção de políticas públicas, foram fundamentais para a ampliação das pautas antirracistas, bem como para a estruturação de novas possibilidades para o que estaria por vir. Nos anos 2000, com base na discussão sobre os períodos da política racial, iniciou o que Paulo (2015) denomina como política desenvolvimentista.

No que concerne às ações governamentais, pode-se elencar um conjunto significativo de ações que expressaram o vigor dos debates e suas respectivas respostas formais, a saber: 1 – a realização da III Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata, em 2001; 2 – programas e ações relativas à promoção da igualdade racial criados em alguns ministérios entre 2001 e 2002; 3 – em 2002, a vitória do PT nas eleições presidenciais, defendendo o programa do Partido Brasil sem Racismo, será a base teórica para a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (PAULO, 2015, p. 115).

A criação da Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, representou um significativo avanço para a construção de uma política racial no Brasil. A partir daí, a necessidade de criação de políticas públicas raciais começaram a ser uma preocupação mais institucionalizada do Estado, visto que a SEPPIR tinha como objetivo principal a formulação, coordenação e articulação de políticas para a promoção da igualdade racial, de políticas de ação afirmativa, assim como a proteção dos direitos da população negra (PAULO, 2015).

Além desse marco, em 2009, foi construído e aprovado pelo Decreto nº 6.872, o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), o qual indica ao Estado brasileiro as metas que versam sobre a superação das desigualdades raciais que integram o cotidiano do país. Um dos principais destaques do plano foi a criação de ações afirmativas com base nas políticas universais de recorte étnico-racial, que se pautem na transversalidade, na descentralização e na gestão democrática.

Apesar de todo esse contexto, são diversos os desafios para a inserção da política de promoção da igualdade racial no Brasil. Isso porque, de acordo com Paulo (2015, p. 126), “(...) a fragmentação e as fragilidades com que se vêm traduzindo as ações governamentais na consolidação dos processos de planejamento e gestão das políticas revelam ambiguidades”. Nesse sentido, o autor vem dizer que está explícito o reconhecimento das inúmeras desigualdades raciais que se fazem presentes no cotidiano do país, mas o cerne da problemática são as dificuldades, inclusive em certa disposição institucional, para enfrentar a temática através das políticas públicas, principalmente pela legitimidade das ações afirmativas, que são colocadas como questionáveis para um determinado conjunto conservador da sociedade, bem como as articulações setoriais para a consolidação de políticas públicas eficazes e que contemplem o acesso aos direitos fundamentais à pessoa humana.

Outro desafio latente é o desenvolvimento da política neoliberal no Brasil. Com essa nova fase do capitalismo, iniciada no país a partir da década de 1990, há uma reconfiguração da intervenção do Estado nas políticas sociais, o que impacta diretamente na promoção de políticas públicas para a população negra, além de enfraquecer o que já vinha sendo construído para uma política racial no Brasil. Isso porque, como qualquer política pública, as transferências orçamentárias são imprescindíveis para a aplicabilidade da política.

Em síntese, os principais desafios para a garantia dos direitos da população negra na contemporaneidade estão entre o racismo estrutural, os inúmeros cortes orçamentários resultantes das investidas neoliberais, assim como o descaso e a discriminação da luta antirracista no Brasil, agravado, maiormente, pelo avanço de governos neoliberais e de extrema-direita no país (PAULO, 2015).

Portanto, esse capítulo possibilitou o reconhecimento das principais particularidades que permeiam a população negra no Brasil, fazendo um levantamento histórico desde o Brasil colonial, onde se estruturou as bases para o desenvolvimento da escravidão no país, até os principais desafios para a garantia dos direitos constitucionais garantidos pela Constituição Federal de 1988, assim como outras legislações pertinentes que foram surgindo a partir da ampliação do debate sobre a questão étnico-racial.

3 ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

Neste capítulo, foram realizadas discussões essenciais para o entendimento da relação histórica do Serviço Social com a questão étnico-racial, levantando aspectos que possam possibilitar reflexões sobre os intensos desafios de aproximação da categoria com a produção de conhecimento sobre essa área, sobretudo pelo silenciamento da questão étnico-racial oriunda da estrutura escravista que se perdura até os dias de hoje na sociedade.

Para essa compreensão, é necessário inicialmente, situar algumas categorias analíticas que buscam explicar a perspectiva de silenciamento da questão étnico-racial enquanto uma área da literatura a ser explorada. Assim, exige-se um esforço de pensar que, por exemplo, as relações de produção pautadas no escravismo, trouxeram como herança para a sociedade contemporânea diversas concepções alinhadas ao desenvolvimento do racismo enquanto estrutura que deve ser mantida para a exploração da população negra. Isso porque:

Numa sociedade que se sustenta sobre os pilares do mito da democracia racial, a condição étnico-racial, que historicamente sempre foi utilizada como mecanismo de seleção e exclusão, aparece como elemento secundário nos estudos e pesquisas acadêmicas, bem como nas propostas e elaboração de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das injustiças sociais. Vê-se que em todas as dimensões da vida social, seja na expectativa de vida, no acesso à educação e na inserção no mundo do trabalho, a população negra aparece como segmento social mais suscetível a discriminação (ROCHA, 2011, p. 04).

Nesse sentido, refletir sobre a questão étnico-racial dentro do Serviço Social, sob uma perspectiva marxista, requer considerar algumas categorias preliminares para a compreensão de um contexto mais abrangente. Ou seja, demanda do pesquisador um esforço para apontamentos imprescindíveis que o modo de produção capitalista desempenha nas relações sociais. Com certa centralidade, entender a questão étnico-racial também necessita de introduções acerca da categoria trabalho para o Serviço Social, o qual expressa “[...] a condição de existência do homem” (MARX, 1979, p. 16). Por consequência disso,

[...] o trabalho é visto como uma condição para existência social, isso porque as relações sociais estão ontologicamente vinculadas às forças produtivas. Assim, a mudança dos meios de trabalho altera também as relações entre os

homens, pois por essa dimensão há uma transformação nas condições sociais em que a produção se processa. Em verdade, o trabalho é o próprio criador do homem, uma vez que potencializa a capacidade produtiva e constrói base para as relações sociais (MARX, 1979, p. 17).

A partir disso, as relações de trabalho, constituídas também através da questão de “raça”, podem ser vistas através do controle articulado historicamente para opressão e submissão de determinados grupos raciais. Essa determinação acerca do lugar do negro na sociedade de classes, condiciona a ele a forma na qual as suas atividades serão desempenhadas no processo de acumulação e apropriação dos meios de produção por parte dos seus exploradores (IANNI, 1966).

Como debatido, o ângulo de contribuições que foram desenvolvidas na presente pesquisa se relacionam diretamente com a teoria social crítica, ou marxismo, em que se inserem as contribuições marxianas e de outros autores contemporâneos à Marx e Engels. Por isso, todas as perspectivas aqui elencadas perpassam pelo materialismo histórico-dialético, como foi feito inicialmente ao relacionar a questão étnico-racial à categoria trabalho. Isso é feito, sobretudo, pelo Serviço Social brasileiro e latino-americano assumir uma postura de criticidade sobre o modo de produção capitalista⁹. Ademais, a teoria marxista também traz importantes contribuições para o estudo racial, onde dentre elas pode-se destacar:

[...] a primeira é a visão holística do funcionamento da economia, ou seja, considera que há uma determinação social, e não individual, dos fenômenos econômicos. Enquanto que na concepção neoclássica o indivíduo precede a sociedade, na teoria marxista a sociedade precede o indivíduo. A segunda característica é o aspecto multidisciplinar de sua análise, levando em conta a história, a política, e as instituições, ao contrário da visão economicista que sobressai na análise neoclássica da discriminação. A terceira é a constatação de que o desenvolvimento das forças de mercado tende a reforçar as contradições que caracterizam o sistema capitalista, os quais os neoclássicos atribuem a fenômenos exógenos e classificam de “imperfeições de mercado” (CHADAREVIAN, 2006, p. 03).

⁹ Essa postura advém da aproximação do Serviço Social com o marxismo, iniciada na década de 1980, com o estudo do método dialético marxismo. Caracteriza-se como um momento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, em que a profissão se singularizou por uma aproximação sob exigências teóricas reduzidas com forte cariz instrumental, seletividade nas referências à tradição marxista com determinação mais voltada às perspectivas prático-políticas, como resultado da busca de aprofundamento de categorias como totalidade, contradição e mediação, surgidas por necessidades sócio-históricas e em sintonia com o amadurecimento acadêmico da profissão (PONTES, 2009, p. 13).

Além desses aspectos citados anteriormente no que diz respeito às contribuições da teoria marxista para o debate sobre a questão étnico-racial, ainda deve-se levar em consideração as materiais condições para a construção de uma política antirracista no século XX, inspirado nas problematizações de autores clássicos do marxismo contemporâneo, o que possibilitou sólidas inquietações sobre o papel da luta antirracista e dos espaços de diálogo para a questão racial (CHADAREVIAN, 2006).

Apesar dos inúmeros avanços do século XX, no século XIX também se tiveram algumas movimentações no sentido de consolidar bases para as discussões da questão étnico-racial. Um dos marcos foram os primeiros congressos da Internacional Comunista, que trouxe como pauta central algumas questões relacionadas às minorias oprimidas, dentre as quais ganharam ênfase a população negra. Assim, foram se construindo as condições para que a questão étnico-racial fosse debatida através de uma concepção marxista de se pensar as particularidades que atravessam tal temática.

Portanto, realizadas algumas noções introdutórias acerca da perspectiva que orientou todo o capítulo, neste próximo subcapítulo se concentrou uma contextualização sócio-história do processo de inserção do Serviço Social na questão étnico-racial, dando evidência a forma na qual a profissão se aproximou e afirmou essa área da produção de conhecimento em seu interior.

3.1 Contextualização sócio-histórica do processo de inserção do Serviço Social na questão étnico-racial

O Serviço Social, enquanto uma profissão inserida na dinâmica das relações sociais, desempenha um importante protagonismo na relação institucional entre a burguesia e o proletariado. Esse fator histórico da prática profissional, demonstra que a historicidade da emergência do Serviço Social na sociedade brasileira é dotada de significados ligados à estrutura e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em seu estágio monopolista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Dessa forma, a partir da perspectiva histórico-crítica, a emergência do Serviço Social no Brasil se dá sob determinações sociais, políticas e econômicas ligadas ao desenvolvimento das forças produtivas e da manutenção do capital em seu caráter monopolista, sendo representado como:

[...] um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social” (MONTAÑO, 2009, p. 30).

Nesse sentido, a profissão surge como uma forma de controlar as inúmeras expressões da chamada “questão social”¹⁰ que estava em evidência com o processo de industrialização tardio no país, que ocasionou uma série de problemáticas no âmbito social por consequência da relação antagônica entre as classes sociais e especificamente entre o capital e o trabalho (MONTAÑO, 2009).

As primeiras manifestações do Serviço Social brasileiro decorreram do surgimento das leis sociais que, a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, marcam o deslocamento das expressões da chamada “questão social” para um segundo plano. Tais leis sociais, que se caracterizam pela regulamentação institucional da Igreja Católica como um instrumento de regulação social, se dispõem a ordenar as condições do proletariado com base na moral religiosa (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Assim,

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emendas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento de formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135).

Historicamente, tal implantação do Serviço Social no Brasil se localiza nas demandas sociais que emergem com a agudização das expressões da questão social e tais demandas, enquanto formas de reprodução da dinâmica de desigualdades sociais oriundas do capitalismo, legitimam a intervenção da profissão com base nas leis sociais, pautadas no laicado católico. Em resumo, essa legitimação do trabalho profissional diz respeito “[...] apenas a grupos e frações restritos das classes

¹⁰ A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 133).

dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Deste modo, a sua particularidade mais marcante, dentro desse processo da atuação do assistente social no surgimento da profissão no Brasil, está na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos vulnerabilizados. Foi a partir dessa conjuntura, enquanto um histórico das condições de existência e trabalho do proletariado, que o Serviço Social se institucionalizou, a fim de corroborar com o controle Igreja-Estado-Burguesia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

É diante desses parâmetros que começaram a surgir campos de formação para assistentes sociais no Brasil, por consequência da necessidade de uma formação técnica especializada para a prestação de assistência. Assim, na década de 1930, o pioneiro para a formação desses profissionais foi o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), que tinha como objetivo, conforme a necessidade de tornar mais efetiva as atividades de filantropia, integrar as ações sociais desenvolvidas pela Igreja Católica e de dinamizar a mobilização do laicado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Em 1936, a partir dos esforços desenvolvidos pela ação católica, é fundada a primeira Escola de Serviço Social do Brasil, no estado de São Paulo, como resultado da pressão pela formação de quadros da juventude feminina católica e dos centros operários e círculos de formação para moças. Essa escola, como pioneira da profissão no Brasil, também resulta de outras particularidades, ou melhor, a partir de sua emergência, incitaram-se outras preocupações com a formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Para Iamamoto e Carvalho (2014), a partir do surgimento da Escola de Serviço Social de São Paulo, nota-se que passaram a emergir demandas originadas da própria ação social católica. Ou seja, começa-se a aparecer outro tipo de demanda, vinculada, majoritariamente, às instituições que compõem o Estado burguês e sua operacionalidade.

Uma vez institucionalizado, o Serviço Social brasileiro passou por diversas reconfigurações, inclusive no que diz respeito aos posicionamentos profissionais alinhados com a dinâmica social historicamente. Dentre essas várias interfaces, o assistente social, como visto, vai atuar diretamente com as expressões da chamada “questão social”, isso pois, “[...] o Serviço Social, sendo uma especialização do

trabalho coletivo, tem na “questão social” a base de sustentação da sua profissionalidade e sua intervenção (GUERRA, 2000, p. 18).

Ao colocar a análise da “questão social” como elemento indispensável para emergência e consolidação da profissão, é preciso considerar que as configurações assumidas pelas expressões de pobreza são indissociáveis da exploração da relação capital/trabalho. A pobreza só pode ser explicada pela contradição entre desenvolvimento das forças produtivas, produção social de riqueza e sua apropriação privada. Portanto, produção e reprodução ampliada da riqueza no modo de produção capitalista. São esses pólos constituídos em uma mesma dinâmica (NETTO, 2011, p. 153).

Dentre as diversas expressões da questão social, existem as que podem ser caracterizadas como “[...] **resultantes das marcas da escravidão e do racismo que não deixam de mediar as relações e os processos engendrados pelo capitalismo tardio**” (MARTINS, 2013, p. 14, grifo nosso). As marcas do racismo estrutural trouxeram diversas evidências das manifestações da “questão social” na sociedade, o que implica na necessidade de se pensar em políticas sociais para a questão étnico-racial.

Isso porque, muitas dessas expressões resultam desse processo histórico de submissão e exploração do povo negro na sociedade, que sofre com a marginalização desde o período colonial. Assim, o racismo imprimiu, desde os primórdios, as desigualdades engendradas na exploração do trabalho da população negra, onde a divisão social do trabalho contribui explicitamente para que os negros ocupem, historicamente, as posições mais sucateadas e pior remuneradas e de menor privilégio social¹¹ (MARTINS, 2013).

E foi/é o distanciamento dos trabalhadores negros da indústria e/ou do trabalho regulado que excluiu/exclui essa parcela da classe trabalhadora dos princípios regulamentares à conquista dos direitos sociais. Na verdade, essa situação é determinada pelos critérios necessários para ser, ou não considerado cidadão, via de regra: é cidadão os inseridos na esfera produtiva. O Estado ao criar estratégias que respondem à “questão social”, determina quais trabalhadores serão politicamente assistidos a partir do trabalho regulado (MARTINS, 2013, p. 44).

¹¹ Essa posição resulta do afastamento dos negros do mercado regulado, o que implicou na expulsão da maioria desses trabalhadores da proteção e segurança no trabalho. Essa situação é revelada quando, no contexto do pós-1930, observa-se que aquele padrão de sociedade salarial incompleto, manifesto na distinção entre assalariamento formal e informal, articulado à cultura racista, no âmbito das relações sociais de produção, consolida um mercado de trabalho “regulado” para brancos e um mercado “sem regulação” para negros (MARTINS, 2013, p. 45).

São nessas respostas às expressões da “questão social” que os assistentes sociais são demandados para atuar. Inicialmente, essa atuação se deu de forma superficial¹², visto que os assistentes sociais, no surgimento da profissão, estavam atuando de acordo com os ditames do próprio Estado burguês. Esse ponto é elementar para a compreensão de que a questão étnico-racial estava pontualmente vinculada às manifestações da “questão social” no cenário brasileiro (MARTINS, 2013, p. 46).

Diante dessa realidade, e entendendo o Serviço Social como uma profissão que está inscrita na divisão social e técnica do trabalho, tem-se na historicidade das estratégias do capitalismo, os elementos mais importantes para sua entrada no contexto do Brasil, não podendo negar, apesar da atuação, o incomensurável silenciamento da questão étnico-racial, pelo contexto do racismo estrutural e do país ter sido o último da América Latina a abolir o trabalho escravo no mundo.

Por ser os trabalhadores negros excluídos do acesso aos direitos conquistados e geridos pela lógica da seguridade social, estiveram também distantes do campo de atividade e olhar do Serviço Social. Assim, por está fora do que estabelece a cidadania regulada, a questão étnico-racial, mesmo quando explicitada no cenário nacional, foi vista e tratada no âmbito exclusivo caso de política. Esta compreensão permite perceber que as dimensões envolvendo a resposta do Estado à “questão social” estão centradas na importância que o trabalho tem dentro da sociabilidade do capital (NETTO, 2011, p. 133).

Dito isso, o reconhecimento da “questão social” associada à lógica contributiva do regime de seguridade social brasileiro, explicita a luta dos trabalhadores. Esse aspecto é imprescindível, de acordo com Martins (2013), para a compreensão do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social. Dessa forma, é nesse silenciamento de discussões sobre a questão racial que o Serviço Social, enquanto uma profissão que vai atuar na mediação de acesso à direitos sociais, vai gerar diversos impactos para a população negra. Assim,

¹² Essa atuação se direcionava a partir da questão do ajustamento moral dos indivíduos na sociedade. Nesse momento, o Serviço Social, com um posicionamento moralizador em face das expressões da “questão social”, captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista. Essa concepção conservadora, não jogando luz sobre a estrutura societária, contribui para obscurecer para os assistentes sociais, durante um amplo lapso de tempo, os determinantes da “questão social” e caracterizou uma cultura profissional acrítica, sem um horizonte utópico que os impulsionasse para o questionamento e as ações consequentes em prol da construção de novos e diferentes rumos em face das diretrizes sociais postas e assumidas pela profissão (FORTI, 2013, p. 99).

[...] o afastamento da população negra desses direitos se distanciou do campo de visão e de atuação profissional. Essa constatação, no período que demarca a emergência à reconceituação da profissão, se constitui em determinação fundante para compreender que o silenciamento foi construído dentro das relações sociais de produção no Brasil. Sem trabalho regulado e sem direitos, o negro viverá na sociedade como um “não-cidadão” e, por isso, sem acesso a direitos trabalhistas e sociais. Essa população viverá entre o caso de polícia e o paternalismo que alimentaram as relações de dominação burguesa. Relações estruturadas por um racismo que embora vivo e atuante camuflou-se no discurso do mito de democracia racial (MARTINS, 2013, p. 48).

Desse modo, esses aspectos citados que envolvem a população negra com base em uma discussão sobre as relações sociorraciais, explicitam as inúmeras narrativas que contribuem para o silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social. É certo de que outros elementos devem ser considerados, além da invisibilidade dessa população na garantia de direitos, como é o próprio conservadorismo contido na trajetória da profissão desde sua emergência até o Movimento de Reconceituação.

Portanto, é somente com esse Movimento de Reconceituação do Serviço Social no contexto latino-americano, que as bases tradicionais e conservadoras passam a ser objeto de questionamentos e contestações, sobretudo pela necessidade de se (re)pensar a prática profissional e o avanço da cientificidade nas relações sociais. Essa renovação, como forma de criar novas estratégias para o exercício profissional do assistente social, representou um significativo passo para ampliar as discussões sobre a questão étnico-racial no interior da profissão, conforme foi apresentado no próximo subcapítulo.

3.2 O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e diretrizes da atuação profissional: competências e atribuições na questão étnico-racial

Discutir sobre o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social requer, inicialmente, um resgate sobre o contexto em que se resultou esse importante instrumento ético-político. Ou seja, exige do pesquisador um levantamento histórico do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que representou um marco para a reconfiguração das bases de atuação do assistente social na sociedade. Esse movimento de renovação, iniciado na década de 1960, tem seus vínculos com a

dinâmica social, política e econômica da sociedade. Assim, deve-se considerar, inclusive, o contexto internacional, que compreende também a América Latina.

Nos quadros da guerra fria, a influência norte-americana tenciona a economia e as artes, a religião e a ciência. Os assistentes sociais não ficaram submersos ou alheios aos desafios dessa quadra histórica sacudiram a poeira do passado e deram radicais giros acadêmicos e técnico-profissionais, por meio de uma notável articulação latino-americana (IAMAMOTO, 2007, p. 164).

Nesse sentido, os profissionais de Serviço Social passam a se mobilizar no contexto latino-americano, visando uma articulação para a renovação sobre o papel da profissão diante das expressões concretas da “questão social”. Especificamente no Brasil, as primeiras investidas desse movimento na realidade social é datada da década de 1970, quando houveram algumas brechas, dentro da ditadura empresarial militar, para determinados avanços científicos e acadêmicos (NETTO, 2011).

Como um movimento amplo, esse processo de renovação pode ser caracterizado também como um espaço de disputa de perspectivas, porque houveram várias investidas teórico-metodológicas para justificar as suas percepções diante da prática profissional do assistente social. A perspectiva pioneira desse processo foi a vertente modernizadora¹³, que tem como principal elemento a sua incorporação às abordagens funcionalistas e estruturalistas.

Outra perspectiva que surgiu nesse período, sob as diretrizes da fenomenologia, ainda na década de 1970, foi a reatualização do conservadorismo. Essa perspectiva tem lá suas particularidades, porque apesar de similar com a modernizadora, traz à tona (novamente), uma visão direcionada para o “ethos tradicional” da profissão, resgatando elementos presentes na gênese do Serviço Social. Dessa forma, o conservadorismo no exercício profissional, dentro dessa vertente, exigiria apenas de aperfeiçoamentos, ou seja, “[...] essa perspectiva supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa “nova proposta”, “aberta” e “em construção” (NETTO, 2011, p. 203).

¹³ A vertente modernizadora, com a proposta de transformação do Serviço Social através do suporte disponibilizado pelas ciências, carrega consigo o rigor científico, admitindo a intervenção dos assistentes sociais nos problemas sociais sob uma diversidade de ações pré-estabelecidas, mas que inviabilizava a possibilidade de adaptações na realidade de cada caso. Isso em razão de uma postura moderna que solicitava ao assistente social, naquele momento, atender às exigências e demandas impostas pela racionalidade burocrática da autocracia burguesa, ou melhor, estavam sendo exigidas atitudes de compatibilidade do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades diante daquela racionalidade (NETTO, 2011, p. 123).

A última perspectiva desse movimento foi a chamada intenção de ruptura, que tem em seu interior a referência no materialismo histórico-dialético de Karl Marx. Essa vertente, como uma emersão do Serviço Social na concepção de classes e em uma crítica consolidada sobre o modo de produção capitalista e sua reprodução nas relações sociais, inaugura um novo olhar da profissão para a sociabilidade humana, onde aspectos antes ignorados passam a adentrar o universo de estudos e produção de conhecimento dentro da realidade profissional.

A partir desse novo olhar, o posicionamento político, o questionamento da prática institucional, as adaptações à realidade brasileira e as necessidades sociais são colocadas como caminhos para conquistar a ruptura com um Serviço Social tradicional e conservador que atendia a dialética imposta pelo grande capital. Assim, as bases dessa direção inauguram uma nova face à profissão, com caráter opositor à autocracia burguesa, passando a questionar sua vinculação histórica com os interesses do bloco no poder (SILVA, 2007, p. 77).

Essas perspectivas desenvolveram alguns mecanismos para sua legitimação dentro do Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Dentre eles estão os encontros organizados por profissionais para propagar as bases dessas vertentes e, dessa forma, garantir a expansão dos pressupostos que envolvem a concepção. A intenção de ruptura, que garantiu sua hegemonia na profissão, contou com alguns momentos essenciais para sua legitimação (NETTO, 2011).

Pode-se destacar como esses momentos: na década de 1970, o Método Belo Horizonte¹⁴ garantiu uma imersão da ruptura com o conservadorismo através de atores como Ana Maria Quiroga e Vicente de Paula Faleiros; na década de 1980, há uma consolidação da teoria social crítica na academia, com o surgimento e ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação tendo como referência a autora Marilda Vilela Iamamoto; e na década de 1990 há uma intensa publicização da intenção de ruptura através da renovação do currículo mínimo para a formação em Serviço Social e um novo Código de Ética Profissional (SILVA, 2007). Portanto,

¹⁴ O Método Belo Horizonte é caracterizado como o momento em que os profissionais começaram a elaborar, através de teorias sociais questionadoras da ordem, uma crítica teórica e prática aos métodos tradicionais. O método BH era um conjunto de processos conectados e correlatos que buscavam direcionamentos em uma teoria científica para interpretações da realidade. A experiência de Belo Horizonte indicava os parâmetros para a construção de um determinado perfil profissional. Na realidade, foi um ponto de partida para os avanços teóricos e políticos na elaboração de alternativas para romper com o conservadorismo teórico-metodológico. Nesses termos, as direções dadas se assentavam em três focos que se relacionavam entre si: político, teórico e interventivo (NETTO, 2011, p. 205).

[...] os avanços da profissão estão articulados ao Movimento de Reconceituação como ponto inicial ao processo de ruptura, mas a renovação profissional do Serviço Social solicita ser analisada pela história das relações sociais. E por isso, deve-se considerar que os caminhos trilhados até a ruptura com as bases tradicionais absorvem, além da conjuntura em tela, as consequências estruturais da colonização brasileira (SILVA, 2007, p. 54).

É sob esse contexto que emerge o Projeto Ético-Político do Serviço Social¹⁵, como uma necessidade de se articular as dimensões do exercício profissional à dinâmica das relações estabelecidas em sociedade, organizando o caráter ético-político profissional em uma perspectiva histórica e dialética, para construir o pilar para novos caminhos profissionais, sobretudo com a ruptura do conservadorismo e da tecnificação da prática profissional do assistente social. Esses avanços permitem a compreensão de que:

O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista [...] a relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. Dessa forma, o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 05).

Essa compreensão citada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), compõe o núcleo do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) no eixo de formação profissional. No entanto, outros diversos documentos materiais também condicionam ao PEPSS uma conotação quanto aos seus compromissos.

Para Netto (2011), o PEPSS tem como núcleo central o reconhecimento da liberdade como valor ético, tal liberdade, no entanto, visualizada em uma perspectiva histórica, com base na materialidade da vida social. Por isso, o projeto profissional do

¹⁵ Os projetos profissionais (inclusive o projeto ético-político do Serviço Social) apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 2011, p. 95).

Serviço Social, enquanto uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho “[...] vincula-se a um projeto societário que propõe a **construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero** (NETTO, 2011, p. 104, grifo nosso).

Como consequência, o Serviço Social passou a preocupar-se com a produção de conhecimento em questões tão profundamente silenciadas historicamente, como é o caso da questão étnico-racial. Um dos primeiros marcos dessa aproximação após o PEPSS, foi a preocupação da ABEPSS em inserir na formação dos assistentes sociais algo relacionado à questão étnico-racial. Aliás, não somente na formação, mas também no incentivo à produção acadêmica e publicações sobre a temática. Isso porque:

A herança colonial presente nos processos formativos das universidades brasileiras, e no caso específico da formação dos assistentes sociais, no papel das entidades da categoria ao se posicionarem favoráveis a importância da inclusão da questão étnico-racial na formação e no exercício profissional do assistente social, a partir de documentos de domínio público, em sites oficiais, nos congressos e encontros da categoria, em um esforço de compreensão da sociedade brasileira (PEREIRA; SOUZA, 2020, p. 226).

Nessa direção, uma das propostas para debater a questão étnico-racial nos espaços da categoria profissional, destacando a necessidade de se pensar as competências e atribuições dos assistentes sociais nesse eixo temático, foi a criação de um Grupo de Trabalho e Pesquisa em Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades da ABEPSS.

Além disso, como forma de inserir a questão étnico-racial nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a fim de desenvolver um trabalho educativo e de combate ao racismo, estruturou diversas campanhas e materiais relacionados a atuação do assistente social nesta temática “[...] na perspectiva de defesa dos direitos humanos e da luta para desvelar que é uma falácia a existência da democracia racial no Brasil” (CFESS, 2011).

Outro instrumento dessas campanhas foi a série desenvolvida pelo CFESS intitulada “Assistente Social no Combate ao Preconceito”, que tem em um dos seus cadernos formativos o tema sobre o racismo e a questão étnico-racial como proposta, conforme mostra a capa do caderno na figura a seguir:

Figura 3 - Campanha "Assistente Social no combate ao preconceito: Racismo"



Fonte: CFESS (2016)

Nesse material, ao adentrar todos os conceitos que se faz em relação ao racismo, à questão de raça/etnia, à discriminação racial, à intolerância religiosa, o questionamento que se faz ao se dá ênfase a relação do Serviço Social com essa proposta é o seguinte: “questão étnico-racial, o que os assistentes sociais têm a ver com isso?”. Para o CFESS (2016, p. 16):

É no âmbito da defesa de direitos que o profissional de Serviço Social é convocado a intervir. E nesse terreno arenoso da intervenção, constituído de tensões e contradições, o assistente social se defronta com os limites e possibilidades de garantir direitos nos marcos da sociedade de classes. Nesse sentido, faz-se necessária a apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional, sobretudo no que tange à direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal.

Dessa forma, a campanha do CFESS busca subsidiar, dentro da categoria profissional, discussões que são necessárias para o aprofundamento do debate sobre a questão étnico-racial no Serviço Social, demonstrando a essencialidade de uma

análise crítica sobre os desdobramentos do racismo no Brasil e que muitas das expressões do objeto de trabalho do assistente social - a “questão social” - resultam do processo histórico de colonização e do racismo estrutural enraizado nas relações sociais da sociedade brasileira.

Além dessa série realizada pelo CFESS, outro mecanismo de inserção do Serviço Social na questão étnico-racial que contribui para o fortalecimento do Projeto Ético-Político foi a criação da Carta Compromisso da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, organizada pela ABEPSS e pelo Conjunto CFESS/CRESS. Tal frente, surgiu como proposta para articular assistentes sociais negras e negros, em âmbito nacional, para incidir sobre os espaços da categoria, buscando ampliar as ações antirracistas na formação e no exercício profissional dos assistentes sociais. De acordo com a carta, a frente pauta-se sobre:

[...] a necessidade da defesa do atual Projeto Ético-Político do Serviço Social em sua radicalidade. E, se compreendemos que a emancipação humana é para todos os povos, é necessário apoiar a sua autodeterminação e resistência às mais variadas formas de violência e violação de direitos da população negra, indígena, quilombola e periférica, com base no princípio de superação desta sociedade rumo à construção de um mundo onde esta resistência não se faça mais necessária (CFESS, 2022, n. p.).

Assim, a frente tem como diretrizes os posicionamentos acerca das competências e atribuições inscritos na Lei de Regulamentação do Serviço Social, no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), bem como no documento “Subsídios para o debate da questão étnico-racial para a formação do Serviço Social (2018). Essas manifestações, assim como outras organizadas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, visam expandir uma construção de pautas sobre a luta antirracista no interior da profissão e, conseqüentemente, nos diversos espaços das relações.

Esse é um movimento um tanto quanto recente, que se iniciou, em larga escala, após a aproximação do Serviço Social com a teoria social crítica e a construção do PEPSS. Por isso, vários são os desafios para a consolidação das diretrizes que objetivam ampliar as discussões sobre a questão étnico-racial na profissão. Isso, no entanto, não é resultado de falta de esforços da categoria profissional para o incentivo à debates, mas do silenciamento da questão étnico-racial na estrutura social, política e econômica do Brasil, que foi reproduzida e mantida durante todo o período colonial e mantêm-se até a contemporaneidade.

Portanto, é imprescindível pensar estratégias contínuas para efetivação do debate sobre a questão étnico-racial no Serviço Social, incidindo as discussões no campo da formação, mas também do exercício profissional. Assim, a defesa intransigente dos princípios que compõem o PEPSS serão respeitados e garantidos em sua totalidade, considerando que as competências do assistente social na questão étnico-racial perpassa, majoritariamente, as lutas antirracistas no cotidiano da prática profissional.

4 O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO: particularidades da atuação profissional do assistente social

4.1 Centro de Cultura Negra do Maranhão: caracterização do objeto de estudo

Como forma de situar o Centro de Cultura Negra do Maranhão como uma organização não governamental com um dos maiores protagonismos do Estado no que diz respeito à valorização das expressões artísticas e culturais da população negra do Maranhão, é necessário fazer uma breve explanação da forma em que, no contexto do Brasil, essas manifestações foram surgindo e se expandindo para as regiões do país.

Sendo assim, com o século XXI, algumas organizações sociais da população negra começaram a ganhar notoriedade, com o avanço de diretrizes que pautavam a necessidade de discussões que envolvem os negros em uma ótica de garantia de direitos pela própria historicidade de recusa da cidadania a esse povo.

Um dos primeiros mecanismos institucionais de defesa da população negra no país, já no final do século XIX, foram os periódicos, através do projeto Imprensa Negra, que se expandiu com a temática central acerca dos preconceitos a esse povo. Esses jornais se fizeram presentes em diversos Estados do Brasil, a destacar: Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, e dentre outros (GOMES, 2005).

Além dessa chamada Imprensa Negra, que tinha como objetivo inserir a pauta sobre o preconceito racial nos jornais da época, outra organização de grande valia para o impulso ao surgimento de organizações não-governamentais foi a Frente Negra Brasileira (FNB), que pode ser considerada como um elemento fundamental do movimento negro nacional.

Na década de 1970, com a efervescência dos movimentos sociais pelo processo de redemocratização do Brasil, é criado em 1978 o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUDR)¹⁶, o qual dá sustentação para a emergência de novas organizações em todo o país (GOMES, 2005).

É sob esse contexto, especificamente em 19 de setembro de 1979, que no Estado do Maranhão, o Centro de Cultura Negra se consolida. Criado, inicialmente,

¹⁶ Surgiu em 1978, em São Paulo. Este movimento desmistificava publicamente a tão propagada “democracia racial”, assim como, promovendo atos públicos, denunciava as discriminações e violências sofridas pelo negro desde tempos memoráveis (GOMES, 2005).

como uma entidade para organizar as experiências da população negra com base no MNUDR que tinha se tornado referência a nível nacional. De acordo com o que apresenta Andrade (2008, p. 36), o Centro de Cultura Negra e sua fundação na década de 1970¹⁷, ajudou a:

[...] viabilizar ações que contribuíam com a promoção de sua organização em busca de cidadania, de forma que seja efetivado o combate de toda e qualquer forma de intolerância racial e a promoção dos direitos da população negra maranhense, servindo como referência para estudos e ações em outros estados também.

Ademais, Andrade (2008) apresenta que o surgimento do CCN está intrinsecamente ligado ao protagonismo exercido pelo MNUDR a nível nacional, porque este estava presente, principalmente, dentro das universidades, devido às manifestações da época para o que o Brasil viesse a se redemocratizar, por consequência dos anos de Ditadura Militar no país, o qual se caracterizou pelas inúmeras repressões contra qualquer reivindicação que pudesse criticar o autoritarismo dos militares da época.

Outra pauta presente desse momento da história, é que as discussões sobre os direitos da população negra, que foram violados historicamente nas relações sociais estabelecidas pelo sistema escravista e reproduzida pelo capitalismo, a partir de um viés crítico e concreto da realidade, era duramente reprimido, o que dificultava as formações políticas dos movimentos negros que, apesar disso, iam se expandindo no país (ANDRADE, 2008).

A partir dessa expansão da organização do movimento negro nos espaços acadêmicos, é que se pode pensar nas formações políticas desses sujeitos coletivos, inclusive no espaço do CCN. Isso é demonstrado, inclusive, nos primeiros anos em que a entidade começou a se organizar, que funcionava nas casas dos diversos militantes negros e negras que fundaram a organização.

Apenas em 1985, o então Governador Luís Rocha doou um prédio específico para a entidade. É importante ressaltar que o CCN ainda se mantém nesse prédio, o

¹⁷ Outro aspecto a ser considerado pelo surgimento do Centro de Cultura Negra do Maranhão, é que na I Semana do Negro, promovida por esta entidade em 1980, já se colocava como pauta algumas atividades que seriam desenvolvidas pelo CCN, a saber: [...] o Centro exercerá suas atividades de maneira aberta, proporcionando assim, uma participação maior da comunidade, vários grupos se jogaram em atividades iguais, mas não conseguiram ir em frente devido terem uma posição fechada, apenas com a participação de negros e acima de tudo, com uma proposição de trabalho não voltados para os problemas gerais da comunidade maranhense (O JORNAL, 1980, p. 9).

qual carrega simbologias essenciais para a população negra. No século XIX, o prédio onde funciona hoje o CCN, que fica localizado na Rua dos Guaranis, s/n, Bairro dos Barés - João Paulo, era um mercado de escravos¹⁸.

Dessa forma, o CCN surgiu e se consolidou como uma entidade que desenvolve ações para sensibilizar a população, através de manifestações culturais e de valorização da população negra, sobre a importância de se combater o racismo e a segregação étnico-racial, a qual foi construída historicamente na sociedade brasileira. Esse elemento é característico, assim como no CCN, em outras organizações que começaram a surgir nessa época, principalmente porque o seu propósito enquanto instituição estava muito ligado ao alastramento dos piores índices sociais relacionados à população negra.

Todas essas entidades carregam em sua essência algumas destas questões que as identificam: o gênero, a consciência, a cultura, a educação, a história, a memória, a religião, a criança e adolescente e as terras de preto. Sendo que todas estão articuladas com o mesmo propósito que é a questão da discriminação racial, o que é próprio de entidades do Movimento Social Negro (ANDRADE, 2008, p. 37).

Na década de 1980, o CCN ganhou ainda mais notoriedade com o avanço de ações sociais relacionadas à valorização do povo preto. Além desse aspecto, com a Constituição Federal de 1988, novas garantias individuais à população foram sendo reconstruídas, inclusive nos espaços de atuação do movimento social negro, o que possibilitou a expansão dos princípios democráticos que regem as posições e as exigências de uma reparação histórica para a população negra no Brasil, por ligação com os séculos de escravismo sustentados e reproduzidos no país desde a colonização (ANDRADE, 2008).

Nessa época, o CCN também criou uma atuação intersetorial (que perdura até os dias atuais), elencando alguns setores de atuação para a entidade como: crianças e adolescentes negras, manifestações artísticas (dança, música, teatro), política, educação, dentre outros. Desses setores, emergiu a necessidade de uma estrutura organizacional, a qual organizou-se: Assembleia Geral; Coordenação Geral;

¹⁸ Os mercados de escravos representaram um elemento crucial para a economia colonial. Nesses mercados, os compradores examinavam os escravos (nos documentos históricos não se falava em “escravos” e sim “peças”) como se examinassem um objeto, uma mercadoria ou um animal. As principais observações que os compradores queriam verificar nas “peças” eram a rigidez dos músculos (por isso apalpava os escravos). Olhavam também os dentes, os olhos, os ouvidos e solicitavam que os escravos saltassem e girassem para constatar suas condições de saúde (ANDRADE, 2008).

Programas e Coordenação de Projetos e Grupos; Conselho Fiscal; Secretaria; Setor Administrativo; e Conselho Consultivo (ANDRADE, 2008).

Todos esses setores devem estar articulados com os eixos da Educação e Formação, Arte e Cultura e Política e Desenvolvimento Institucional. No eixo de educação e formação, se fazem presentes as ações envolvendo várias faixas etárias, como crianças e adolescentes, mulheres e jovens, lideranças rurais, dentre outros. O intuito desse eixo é levar palestras educativas, debates, encontros, cursos e outras formas de expandir as possibilidades relacionadas ao processo educativo para essa população negra.

Dentre os projetos que são desenvolvidos nesse eixo mencionado anteriormente estão presentes: **a) Projeto Quilombo e Resistência Negra:** que atua em comunidades negras rurais, objetivando contribuir com o processo de formação de uma identidade racial; **b) Projeto Sonho dos Erês:** que trabalha com crianças e adolescentes das comunidades do entorno da sede do CCN, desenvolvendo oficinas educativas de grafite, confecção de instrumentos afros e estamparia para tecidos; e **c) Curso Pré-Vestibular Negros em Ação:** criado para potencializar as possibilidades de inserção da população negra nos espaços da universidade pública, objetivando o seu desenvolvimento intelectual e qualificação profissional (ANDRADE, 2008).

Além desses projetos, o CCN desenvolve, também, outra diversidade de ações pautadas na valorização e na inserção da população negra em espaços que lhe foram negados historicamente, dialogando e demonstrando a necessidade de uma formação racial e política, pautada na luta contra o racismo e discriminação racial, além do combate as opressões e vulnerabilidades em que a construção social e histórica do escravismo submeteu esse povo. Outros importantes programas também integram as atividades desenvolvidas pelo CCN, conforme apresenta o quadro a seguir:

Quadro 3 - Eixos dos projetos desenvolvidos pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA)

Cultura e Identidade Afro-Brasileira	Formação e participação	Políticas públicas e direitos humanos
São desenvolvidas diversas ações de teor artístico e cultural, como ferramenta de resgate e valorização da cultura afro-brasileira e afro-maranhense. São exemplos: Bloco Afro Akomabu, Grupo de Dança Afro Abanjá, dentre outros.	Enfatiza principalmente a participação nos movimentos sociais que possam proporcionar uma cidadania efetiva. Fazem parte desse eixo os seguintes projetos: Consciência Negra em Ação, Projeto Quilombo: Resistência negra, dentre outros.	Está relacionado às questões políticas e garantias de direitos dos negros. Atua em prol da legalização e titulação das terras quilombolas maranhenses, assim como no combate ao racismo. Seus projetos são: Vida de Negro, Tambores Quilombolas, dentre outros.

Fonte: Andrade (2008)

Esses projetos desenvolvidos pelo CCN/MA geralmente possuem um quadro profissional, dentre eles estão os assistentes sociais, que estão presentes na instituição desde o surgimento da organização. Esses profissionais, conforme será apresentado na pesquisa de campo, possuem uma fundamental importância no processo de planejamento, execução e avaliação dos projetos e atividades desenvolvidas pela instituição para o fortalecimento e valorização da população negra no Estado do Maranhão.

4.2 Particularidades da atuação profissional do assistente social no Centro de Cultura Negra do Maranhão

Compreender as particularidades do trabalho do assistente social em qualquer que seja a instituição, requer situar, inicialmente, a profissão inserida em sua dinâmica social. Ou seja, por ser uma profissão que está vinculada intrinsecamente às condições sociais em que se realiza o trabalho, num espaço de contradições impostas pelas relações sociais produzidas e reproduzidas no sistema capitalista. Deste modo, todas as reflexões aqui contidas, foram construídas a partir de uma perspectiva crítica sobre os processos de trabalho do assistente social em seus espaços sócio-

ocupacionais, assim como consideraram a atuação profissional em um direcionamento ético-político, teórico-metodológico e ético-político.

Para compreender as particularidades da atuação profissional do assistente social no Centro de Cultura Negra do Maranhão, foi realizado, assim como descrito nos objetivos e procedimentos metodológicos do presente estudo, uma pesquisa de campo, com apoio de uma entrevista semiestruturada, para conhecer as particularidades das intervenções e concepções que norteiam o exercício profissional do assistente social nesta instituição.

Inicialmente, é importante ressaltar que no CCN/MA, o quadro profissional de assistente social é composto apenas por 1 (um) profissional graduado e devidamente registrado no Conselho Regional de Serviço Social do Maranhão. Além dele, possui também 1 (um) estagiário de graduação em Serviço Social que cumpre o estágio de caráter obrigatório na entidade. Dessa forma, as análises elencadas posteriormente integram o quadro de respostas da entrevista semiestruturada realizada com o quadro mencionado anteriormente.

Para iniciar as discussões sobre a atuação do assistente social no CCN/MA, a pesquisa trouxe um questionamento central para a compreensão da concepção étnico-racial que norteia o trabalho do assistente social na organização. Nesse sentido, sobre o racismo estrutural e a violência para com a população negra, foi indagado ao profissional a forma na qual visualiza-se os impactos que essa construção histórica causa na sociabilidade do povo negro no Brasil. Diante disso, obteve-se como resposta:

Nós enquanto assistentes sociais precisamos entender que o racismo estrutural está enraizado na sociedade, seja no direito, na sociologia, na economia, nas ciências sociais, que é onde nós estamos inseridos, enfim, é uma realidade. Ele se mostra através das práticas no cotidiano. Essa é uma realidade histórica, ou seja, o Brasil foi construído em cima de ideias racistas. O negro sempre fica por baixo na sociedade e isso ainda se perdura (ASSISTENTE SOCIAL CCN, 2023, n. p.).

Corroborando com esse direcionamento acerca da compreensão do racismo para com a população em uma perspectiva histórica, o profissional de Serviço Social inclina-se a uma compreensão vinculada estreitamente com a perspectiva que orienta hegemonicamente a profissão na contemporaneidade. Ou seja, percebe-se que o assistente social do CCN, como um profissional que entende as particularidades do racismo enquanto uma construção social, política e econômica e que se reproduz com

intencionalidades muito específicas que ajudam a contribuir para a continuidade da marginalização da população negra no Brasil. Neste sentido, para o assistente social, é importante ressaltar que:

Você não nasce racista. Você aprende a ser racista e preconceituoso através das próprias instituições sociais, sobretudo com a família. Por isso é que o racismo vai se estruturar e se enraizar enquanto uma problemática de construção social, porque ele é profundamente reproduzido nas principais relações que estabelecemos em sociedade. É por isso que organizações de movimentos negros, como é o caso do trabalho desenvolvido pelo CCN/MA, são fundamentais para uma sensibilização da população, não somente negra, de que o racismo precisa ser combatido diariamente nas nossas relações (ASSISTENTE SOCIAL DO CCN, 2023, n. p.).

Trazendo essa discussão, especificamente sobre a questão étnico-racial e as problemáticas que a envolvem, para o Serviço Social, questionado sobre como a questão étnico-racial se relaciona com a profissão, até por se considerar uma perspectiva de silenciamento da questão étnico-racial, devido à própria conjuntura escravocrata e racista estabelecida historicamente no Brasil, o assistente social considerou que “[...] a relação étnico-racial com o Serviço Social deve ser visualizada como uma espécie de reconhecimento do seu direcionamento ético-político com a classe trabalhadora” (ASSISTENTE SOCIAL DO CCN/MA, 2023, n. p.). Destacou também:

A principal população atendida pelo Serviço Social é a pobre e negra. Os assistentes sociais todos os dias recebem em seus espaços de atuação demandas relacionadas à população negra. Mas quando nós olhamos a história do Serviço Social a partir de uma teoria crítica, nós entendemos que a profissão vai atuar diretamente no controle de certos grupos para manter a ascensão da burguesia na sociedade, e entre esses grupos estão os negros. É por isso que a questão étnico-racial só passa a ser construída enquanto uma área que deve ser produzida conhecimento em um contexto recente, porque a profissão historicamente só vai se aproximar de uma teoria que permita os profissionais enxergarem as problemáticas existentes na sociedade apenas no contexto da década de 1980 (ASSISTENTE SOCIAL DO CCN, 2023, n. p.).

Desta forma, é somente com a aproximação do Serviço Social à teoria social crítica de Marx, que a questão étnico-racial, como discutido no capítulo anterior, passa a ser um objeto de preocupação para a sistematização e análises sobre a realidade social, econômico e política em que estão submetidos o povo preto. Um fator interessante a ser destacado pela menção do assistente social, é que a população

atendida pelo Serviço Social em seus diversos espaços de intervenção é a população negra e pobre.

Isso porque, a população negra, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), é a que mais sofre com as desigualdades sociais no Brasil. A inacessibilidade ao mercado de trabalho, às condições dignas de moradia e renda, à educação e aos altos índices de violência contra essa população, fazem com que essa população procure algumas políticas públicas em que assistentes sociais atuam.

Neste tocante, por vir à tona a questão da população negra, inegavelmente, ser uma população atendida cotidianamente por assistentes sociais, a questão colocada para o profissional do CCN/MA, dentro dessa lógica, é como a questão étnico-racial é abordada dentro da categoria profissional e dos espaços de formação. Para o profissional:

Quando eu estava na faculdade, esse era um assunto que se discutia pouco. **Se falava em questão étnico-racial na época da consciência negra.** Como eu estudei em faculdade privada, as discussões eram bem breves e superficiais. Era só nas universidades federais que a militância do movimento negro era mais presente, ainda que limitada. Só que esse cenário de se discutir amplamente na profissão, além do processo de formação, é extremamente recente, atual, vejo como algo profundamente novo (ASSISTENTE SOCIAL DO CCN, 2023, n. p., grifo nosso).

Deste modo, para o profissional, é necessário que pelos recentes debates acerca do tema, que se expanda ainda mais a produção de conhecimento e as discussões sobre a questão étnico-racial não somente em datas específicas de conscientização ou memória de algo relacionado à população negra, mas que se torne um debate a ser feito constantemente nos espaços de atuação, de formação profissional, de produção do conhecimento, algo a ser potencializado cotidianamente no interior da profissão (ASSISTENTE SOCIAL DO CCN, 2023).

Nessa ótica, questionado sobre a atuação do Serviço Social na luta antirracista na contemporaneidade, o assistente social do CCN considerou que é essencial se pensar formas de intervenção do profissional assistente social pautadas em novas tendências para abordar a questão étnico-racial em seus espaços de trabalho, adequando a realidade material dos indivíduos e da população negra. Ou seja, a luta antirracista, além de um compromisso com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, é também uma maneira de se comprometer, enquanto profissional, com uma nova

forma de sociabilidade sem exploração de raça e etnia, pautando o trabalho profissional na garantia de direitos humanos e em uma perspectiva crítica sobre as problemáticas sociais oriundas do racismo estrutural presente na atualidade (ASSISTENTE SOCIAL DO CCN, 2023).

Realizada uma breve discussão sobre a concepção que permeia a questão étnico-racial no trabalho do assistente social do CCN/MA, os questionamentos se direcionaram à instituição em si, bem como para as particularidades do trabalho profissional, que compõe o objeto de estudo da presente pesquisa. Nesse sentido, a questão colocada foi sobre a história do Serviço Social na instituição e como aconteceu a incorporação dos profissionais no quadro institucional. Para o assistente social:

Quando o Centro de Cultura Negra começou a trabalhar com projetos sociais, e como eu já estava formado e militava no movimento negro do Maranhão, eu me propus a fazer um trabalho voluntário na instituição. Desde o início, eu já comecei a trabalhar com projetos que se relacionavam à família, com crianças e adolescentes negros e com outros atores da sociedade. A profissão se encorpou no quadro de profissionais a partir da necessidade de uma análise social sobre as diversas problemáticas que surgiam no interior do CCN/MA, porque tudo bem que somos uma organização cultural, de valorização, mas nós também sempre nos propomos enquanto uma entidade ofertar atendimentos especializados em todos os nossos projetos desenvolvidos, sejam atendimentos realizados por assistentes sociais, como também por psicólogos (ASSISTENTE SOCIAL DO CCN/MA, 2023, n. p.).

Nesse sentido, emerge uma questão central para o objeto de estudo proposto: as principais demandas apresentadas para o trabalho do assistente social no CCN. Para o assistente social, as principais demandas apresentadas para o assistente social na instituição, cabe destacar:

- **Violação de direitos:** casos de violência doméstica, imigrações, como é o caso de imigrantes da Guiné Bissau que estão vivendo em condições de vulnerabilidade no município de Arari, violência contra crianças e adolescentes, dentre outros. Esses casos de violações, conforme apresentado pelo assistente social entrevistado, são identificados no desenrolar dos projetos sociais desenvolvidos pelo CCN;
- **Acesso a benefícios socioassistenciais:** à população negra sofre, historicamente, com a inacessibilidade à informações sobre seus direitos, até pela ausência destes. Desta forma, é também desenvolvendo os projetos sociais do CCN, que o assistente social consegue articular encaminhamentos

para a política pública de assistência social, visando garantir o acesso daquelas pessoas que por ventura se inserem nos critérios dos benefícios.

- **Acompanhamento de projetos desenvolvidos no âmbito da valorização da população negra:** vários são os projetos realizados pelo CCN visando o fortalecimento e a valorização do negro na sociedade maranhense. No entanto, além de executar esses projetos, é necessário também acompanhar e avaliar os impactos e os resultados esperados, buscando o aprimoramento do trabalho. É a partir disso que o assistente social passa a atuar nos projetos do CCN/MA.

É diante das principais demandas que surgem também os questionamentos acerca dos processos de trabalho do assistente social frente à elas, ou seja, as peculiaridades do processo de intervenção profissional nos casos apresentados e projetos desenvolvidos. Com isso, emerge um debate fundamental para o Serviço Social, que é a instrumentalidade profissional. A instrumentalidade, de acordo com Guerra (2000, p. 02):

[...] é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

A instrumentalidade no trabalho do assistente social, como dito, é de extrema relevância para dar intencionalidade às respostas profissionais frente às demandas apresentadas pela dinâmica da realidade social. Sendo assim, questionado sobre os principais instrumentais técnico-operativos, que devem estar interligados à dimensão teórico-metodológica e ético-política, o assistente social do CCN ressaltou que se faz presente em seu cotidiano de trabalho, principalmente, a escuta qualificada, a qual pode ser caracterizada como uma possibilidade de reconhecer e acolher, com base em uma dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, as demandas dos sujeitos com base em suas particularidades (GUERRA, 200).

Além disso, o assistente social do CCN também destacou os encaminhamentos para as demais políticas públicas, pois de acordo com o profissional, várias demandas são apresentadas durante o desenvolvimento dos projetos sociais através do CCN, o que implica na identificação e articulação daquelas situações apresentadas com a

rede de atendimento estabelecidas nas diversas políticas públicas e sociais presentes no cenário brasileiro na atualidade.

Dessa forma, é com os encaminhamentos e articulações profissionais, que o assistente social do CCN acaba por desenvolver, majoritariamente, o seu trabalho profissional. Porque ao passo em que está operando a aplicabilidade e acompanhamento dos projetos, está também realizando uma escuta qualificada, identificando demandas que podem surgir, e as encaminhando para mediar o processo de garantia de direitos da população negra que integra os projetos realizados no âmbito do CCN.

Já adentrando um aspecto dos desafios do assistente social no CCN, incide justamente não conseguir se articular de forma a desejar, por consequência de alguns equipamentos de políticas públicas estarem desarticulados, até pela conjuntura de sucateamento dessas políticas no cenário do neoliberalismo na contemporaneidade. Além disso, outro desafio profissional ressaltado pelo assistente social é a falta de verba para a operacionalização dos projetos. Como se trata de uma organização não-governamental, o CCN acaba por ter que estabelecer parcerias para materializar os seus projetos, ocorre é que muitas vezes os projetos conseguem parcerias o suficiente para serem desenvolvidos.

Ademais, as principais particularidades da atuação do assistente social estão vinculadas aos aspectos elencados acima, com base na entrevista semiestruturada realizada com o assistente social da organização. Portanto, as considerações e reflexões propiciadas com vistas à atingir o objeto de estudo, possibilitaram a identificação de diversos elementos que perpassam o exercício profissional do assistente social no Centro de Cultura Negra do Maranhão, sobretudo no que diz respeito às principais demandas, aos instrumentais utilizados, aos principais desafios e a intencionalidade do trabalho profissional frente ao fortalecimento da luta antirracista e da valorização da população negra na sociedade maranhense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, enquanto resultado de um longo percurso de levantamento bibliográfico, construção de ideias e problematizações acerca do objeto de estudo, aproximação com a realidade dos fenômenos envolvidos, sistematização e análise dos principais reflexos da dinâmica estudada, reflete a necessidade de expansão da produção científica e do compromisso com as especificidades que envolvem a configuração social, econômica, política e cultural da sociedade.

Neste sentido, um estudo que se propõe a desvelar as particularidades do trabalho profissional tem inúmeros desafios, tanto no que diz respeito à organização da etapa inicial de revisão da literatura, quanto na sistematização das análises e da pesquisa de campo. Pode-se destacar, dentro dessa lógica, a dificuldade de encontrar literaturas críticas acerca da história da população negra, apesar de existirem referências básicas, como é o caso das produções de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, dentre outros.

Além disso, pode-se destacar também, referente aos desafios, as poucas produções em que se discute o Serviço Social e a questão étnico-racial, apesar dos avanços recentes e das publicações de potencial crítico-dialético, em que se evidencia o compromisso ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo hegemônico na profissão.

Dito isso, para atingir os objetivos propostos, foram trazidos alguns aspectos que estruturam a compreensão da população negra em uma perspectiva sócio-histórica, elencando a emergência desse povo no Brasil desde o período colonial, enquanto protagonista do cenário escravocrata, até a contemporaneidade, contexto em que se revelam inúmeros impactos na sociabilidades dos negros, oriundos do racismo estrutural enraizado nas relações sociais desde 1500. Além disso, foram debatidos elementos fundamentais para o contexto da garantia de direitos dessa população que historicamente sofreu marginalizada, mas que hoje entra em pauta a necessidade de ter os seus direitos garantidos.

Após isso, foram apresentadas discussões sobre o processo de inserção do Serviço Social na questão étnico-racial, onde foi feita uma breve contextualização acerca dos aspectos epistemológicos dessa temática, até as particularidades da profissão no que concerne a produção de conhecimento e a sistematização de

análises sobre espaços sócio-ocupacionais em que a questão étnico-racial é trabalhada.

Daí emergiu a necessidade de uma pesquisa de campo, o que possibilitou a aproximação com as especificidades da realidade estudada. Deste modo, no que diz respeito aos objetivos propostos para o desenvolvimento das reflexões contidas na pesquisa, tem-se a ampliação da produção de conhecimento no âmbito das especificidades da atuação profissional do assistente social no Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA), dando destaque ao cotidiano dos processos de trabalho, bem como nos principais desafios e intencionalidades do trabalho profissional junto ao planejamento, execução e avaliação de projetos e ações que visem o fortalecimento da cultura negra no estado do Maranhão.

Quanto aos principais resultados encontrados, em síntese, pode-se destacar a essencialidade do trabalho profissional do assistente social em uma perspectiva de garantia de direitos, através da orientação e do atendimento social aos indivíduos negros que compõem o quadro de projetos desenvolvidos pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA). Essa perspectiva de atuar em conjunto, através do desenvolvimento de ações, é imprescindível para explicitar a dimensão educativa do assistente social em suas intervenções.

No que diz respeito às melhorias e direcionamentos para pesquisas futuras, espera-se que o presente estudo impulse as possibilidades de debates na área da questão étnico-racial, especificamente no que tange ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nos diversos espaços sócio-ocupacionais do assistente social com a população negra. Portanto, o objeto estudado neste trabalho de conclusão de curso, não pretendeu esgotar os elementos de análise, pelo contrário, buscou-se fomentar a produção de conhecimento neste eixo tão necessário para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória: Espírito Santo, 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

ANDRADE, Érina Ribeiro. **Projeto Sonho dos Erês: os projetos de trabalho em uma instituição não-governamental**. São Luís, 2008. 72f. Monografia de Conclusão de Curso em Pedagogia. Universidade Federal do Maranhão: São Luís, 2008.

BEZERRA, Josinete de Carvalho. As contraditórias particularidades capitalistas: agudização das expressões da questão social e (des)proteção. **Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**, v.4, n.4, Piauí, 2022. Disponível em: <https://sinespp.ufpi.br/upload/anais/MTQxNg==.pdf?092917>. Acesso em: 17 mai. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Dispositivos Constitucionais Pertinentes Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília, DF: Senado Federal: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Manifesto CFESS, ABEPSS e ENESSO**. Brasília: DF, CFESS, 2011.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. **Os precursores da interpretação marxista do problema racial**. Blog Marxismo 21 [online], 2006. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/APedro-Ch.doc>. Acesso em: 10 abr. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume I. Ensaio de Interpretação Sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERRARI, Trujilo A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: MC Graw-Hill do Brasil, 1982.

GOMES, Flávio. **Negros e Política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 62, ano XX, p. 05-34, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Entrevista memória com Leila Lima Santos. Serviço Social na América Latina: 1970-1980. **Revista em Pauta**, n. 20. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, O. **A questão racial no Brasil**. In: LOVELL, P (Org.). *Desigualdades Sociais no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG, 1991.

IANNI, O. **Raça e classes no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Características Étnico-Raciais da População**. Brasília, DF: 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9372-caracteristicas-etnico-raciais-da-populacao.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LAKATOS; E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEITE, Silvia Cristina Costa. **Centro de Cultura Negra do Maranhão**. Cad. Pesquisa, nº 63. São Luís: MA, 1987. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/620.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social). 276f. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2012.

MARTINS, T. C. S. **Racismo, “Questão Social” e Serviço Social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil**. In: *Revista Inscrita*, n. 14: Recife, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. Livro primeiro, v. 1. Trad. Regional Sant’ Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Nota Técnica GT de Raça**. Coordenação de Igualdade. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/document.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, nº 14. Universidade Federal da Bahia, 1981.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Teoria, método e história na formação profissional. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 1, 1995.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULO, Carlos Alberto Santos. Uma análise preliminar da Política de Promoção da Igualdade Racial. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 10, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.jus.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/1832/1778>. Acesso em: 11 mai. 2023.

PRADO, Júnior. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Estudos Latino-Americanos**, nº 3. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/estudoslatinoamericanos/wp-content/uploads/2018/06/ELA9%C2%BA-Texto3.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

RAMOS, Débora Oliveira. **A branquitude como uma estrutura e a questão social negra no Brasil**: uma premissa analítica da produção científica do Serviço Social no ENPESS e CBAS. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília: DF, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17460/1/2016_DeboraOliveiraRamos_tcc.pdf. Acesso em: 05 mai. 2023.

RIBEIRO, M. **As abordagens étnico-raciais no Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 79, p. 148-161, 1995.

ROCHA, R. F. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social**: avanços e desafios. Tese (Doutorado em Serviço Social). 211f. Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

SCHWARCZ, Lilia M. GOMES, Flavio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. Editora Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia de Letras, 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SODRÉ, N. W. **A ideologia do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In: CASTEL, Robert et al. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 2010.

APÊNDICES

APENDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISADOR(A): Conceição de Maria Brandão Rocha

ORIENTADOR(A): Izamara Nunes Sousa

Dados da Pesquisa:

TÍTULO: Serviço Social e População Negra: um estudo sobre a atuação do/a assistente social no Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA)

PESQUISADOR(A): Conceição de Maria Brandão Rocha

Nós, Conceição de Maria Brandão Rocha, pesquisadora responsável pela presente pesquisa e Izamara Nunes Sousa, orientadora da pesquisa, convidamos V. Sa. Para participar como voluntário(a) do estudo.

A presente pesquisa tem como finalidade um estudo acerca do Serviço Social no âmbito das contribuições profissionais para com a população negra, mais especificamente no que tange às particularidades da atuação profissional Centro de Cultura Negra do estado do Maranhão (CCN/MA). Para sua realização, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica (através de artigos, livros, documentos etc.) e a pesquisa de campo, que será realizada a partir de uma entrevista semiestruturada com V. Sa.

Sua participação nesse estudo é de extrema importância. Além disso, as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em possíveis publicações científicas, não havendo identificação dos(as) voluntários(as), a não ser entre os responsáveis pelo estudo, resguardando o sigilo e a ética que rege a comunidade científica.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____,
após a leitura deste documento, acredito estar informado(a) sobre os objetivos da pesquisa, dos procedimentos metodológicos aos quais serei submetido(a) e da garantia da confidencialidade e esclarecimentos. Além disso, ressalto que minha

participação é voluntária e posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidade ou perda de qualquer benefício. Diante disso, expresso minha concordância de livre e espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura do(a) voluntário(a)

Conceição de Maria Brandão Rocha
Pesquisadora responsável pela obtenção do consentimento

DECLARAÇÃO

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecimento deste(a) voluntário(a) para a participação neste estudo.

Conceição de Maria Brandão Rocha
Pesquisadora responsável pela obtenção do consentimento

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1 - Sobre o racismo estrutural e a violência para com a população negra, como você enxerga os impactos que essa construção histórica causa na sociabilidade do povo negro no Brasil?

2 - Na sua perspectiva, como a questão étnico-racial se relaciona com o Serviço Social.

3 - Para você, a questão étnico-racial dentro da categoria profissional é pouco abordada? Se sim, fale sobre os elementos que integram a sua percepção.

4 - Como você analisa a atuação do Serviço Social na luta antirracista na contemporaneidade?

5 - O que é o Centro de Cultura Negra? O que ele representa para a sociedade maranhense?

6 - Fale sobre a história do Serviço Social na instituição, como a profissão se incorporou no quadro de profissionais?

7 - Quais as principais demandas do assistente social no CCN/MA?

8 - Quais os principais desafios do assistente social no CCN/MA?

9 - E quanto aos projetos desenvolvidos em que os assistentes sociais atuam, fale um pouco sobre a importância do profissional nesses projetos?

10 - Sinta-se livre para explorar a atuação do assistente social no CCN/MA.